



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS/IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL/SER

THAIS CAROLINE BRANCO GENTIL

**ANÁLISE DA DIMENSÃO RACIAL NAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA EM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)
DO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA/DF

2016

THAIS CAROLINE BRANCO GENTIL

**ANÁLISE DIMENSÃO RACIAL NAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA EM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS)
DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER do Instituto de Ciências Humanas - IH na Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial de obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Professora Dra. Lucélia Luiz Pereira.

BRASILIA/DF

2016

THAIS CAROLINE BRANCO GENTIL

**ANÁLISE DA DIMENSÃO RACIAL NAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA EM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS)
DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Aprovado em: ____/____/2016.

Profª Drª. Lucélia Luiz Pereira

Departamento de Serviço Social - Universidade de Brasília

(Orientadora)

Profª Me. Priscilla Maia de Andrade

Departamento de Serviço Social - Universidade de Brasília

(Membro Interno)

Assistente Social Ângelo Roger de França Costa

(Examinador Externo)

Dedico os méritos desse trabalho, ao
Mestre dos mestres, Jesus Cristo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é o meu fôlego de vida e razão da minha existência.

A minha família, que sempre se alegrou com minhas vitórias e esteve presente nos momentos mais difíceis. Aos meus pais, Kátia e Murilo, por toda a dedicação, confiança e um amor sacrificial durante a minha trajetória até aqui. Ao meu irmão, Dênis, que me inspirou com sua história de vida a nunca desistir dos meus sonhos.

Ao Jacinto Lanas, meu marido, companheiro e alegria das minhas manhãs. Aquele que me ajuda a ver flores em meio à terra seca. Suportou todas as minhas angústias, chorou minhas lágrimas, abriu os meus sorrisos e celebrou comigo cada passo dado durante essa graduação. Obrigada pelo amor tão sublime que tens por mim.

À minha orientadora, Professora Doutora Lucélia Luiz Pereira. Agradeço pela disponibilidade em me orientar. Pela paciência com minhas aflições e meus questionamentos. Você proporcionou enriquecimento na minha vida profissional e pessoal.

As minhas amigas Fernanda e Letícia, que foram afago para minha alma nos momentos difíceis. Obrigada por terem dividido comigo cada lágrima, cada devaneio e por terem celebrado comigo todos os pequenos começos.

As minhas amigas do Serviço Social: Taíssa, Nayara, Lília e Lidiany. Foram de suma para a minha permanência na Universidade, exemplos de perseverança e parceria, as levarei para a vida.

À Universidade, ao Departamento de Serviço Social, a todos os técnicos administrativos, pela competência, atenção e zelo nos atendimentos e resolução dos problemas. E aos meus professores, Karen Santana, Rafaela Cyrino, Fabiana Esteves, Nathalia de Freitas, Priscilla Maia, Leonardo Ortegá, Ivanete Boschetti, Daniela Neves, Marlene de Jesus e Ana Carolina que das mais diversas formas me fizeram amar cada vez mais a profissão.

Agradeço pela participação como bolsista do PIBIC no NAAP que permitiu o despertar do interesse pelo tema da monografia e por ter autorizado a utilização dos dados coletados durante a pesquisa.

Às equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que gentilmente se disponibilizaram para o processo de coleta dos dados com os profissionais.

Agradeço a Julia Theodoro, Aline Cerqueira, Eduardo Vasconcelos, Lusiana Cardoso e Kessya Siqueira pelo período ímpar de estágio obrigatório e não obrigatório no Superior Tribunal Militar, colaborando para o meu crescimento pessoal e profissional. Nas etapas finais dessa monografia toda a equipe me ofereceu o apoio necessário que precisava para chegar até aqui.

Agradeço a todos aqueles da Primeira Igreja Batista da Asa Norte (IBAN), que de forma direta ou indireta me apoiaram com suas orações, suas palavras de força, fé e amor nesses nove semestres.

“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio. ” Martin Luther King.

RESUMO

A presente monografia realizou uma análise sobre o recorte racial nas ações de Proteção Social Básica implementadas em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Distrito Federal, tendo em vista o perfil majoritário de mulheres negras atendidas nestes equipamentos sociais da Política de Assistência Social. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a Política de Assistência Social, em especial as ações da Proteção Social Básica; análise sobre o surgimento do racismo e suas diversas refrações ao longo da história, com ênfase ao mito da democracia racial e ao racismo institucional; além do levantamento a respeito das desigualdades raciais no Brasil. Foram realizadas e analisadas catorze (14) entrevistas com profissionais de nível superior e técnico que atuam no CRAS. A pesquisa é de natureza qualitativa, o que proporcionou a análise subjetiva da fala dos entrevistados a respeito do público majoritário de suas ações. Os resultados indicam a falta de problematização acerca dos fatores que contribuem para que o público do CRAS seja majoritariamente de mulheres negras, o que fomenta o silenciamento das instituições públicas frente a ações que visam o combate as diversas formas de expressão do racismo. Foi possível inferir que os fatores relacionados à situação de vulnerabilidade dos usuários, operam de maneira uníssona no imaginário dos entrevistados, como se somente a pobreza fosse a razão do alto índice de negros como usuários da instituição. Infere-se que o mito da democracia racial e o racismo institucional têm sido os motores da ausência de problematização por parte dos profissionais, tendo em vista que eles reconhecem a presença majoritária de mulheres negras na instituição, mas não atribuem isso ao racismo velado que impera na sociedade brasileira. É de salutar importância abordar tal temática dentro da Proteção Social Básica, pois a sociedade brasileira tem historicamente negado a presença do racismo nos mais diversos meios, contribuindo para a negação dos reflexos do racismo na vida do segmento negro, que tem sido o maior demandário das ações do CRAS.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social Básica, CRAS, Assistência Social, Raça, racismo.

ABSTRACT

This monograph carried out an analysis about the racial theme in the actions of Basic Social Protection implemented on Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) from Distrito Federal, in view of the majority profile of black women assisted in these social facilities of the Social Assistance Policy. This data comes from the last survey carried out by Cadastro Único on the profile of registered users. For this reason, a bibliographic survey was carried out on the Social Assistance Policy, in particular the actions of Basic Social Protection; analysis of the emergence of racism and its various refractions throughout history, with emphasis on the myth of racial democracy and institutional racism; in addition to the survey on gender and race inequalities in Brazil. Fourteen interviews with professionals working in CRAS were carried out and analyzed. The research is from qualitative nature, which provided the subjective analysis of the interviewees' speech about the majority public of their actions. The results indicate the lack of problematization about the determinants of the majority public of black women in CRAS, which encourages the silencing of public institutions against actions aimed at combating various forms of expression of racism. It was possible to infer that the determinants of the vulnerability situation of the users operate in a unified way in the interviewees' imagination, as if only poverty were the reason for the high rate of black people as users of the institution. It is inferred that the myth of racial democracy and institutional racism have been the motors of the lack of problematization on the part of professionals, since they recognize the presence of black women in the institution, but do not attribute this to the historicity of slavery and to the veiled racism that prevails in Brazilian society. It is of salutary importance to address this issue within the Basic Social Protection, since Brazilian society has historically denied the presence of racism in the most diverse ways, contributing to the denial of the reflexes of slavery in the life of the black segment, which has been the largest demand of actions of CRAS.

KEYWORDS: Basic Social Protection, CRAS, Social Assistance, Race.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxa de desemprego da população de 14 anos ou mais, segundo sexo e cor/raça.....	44
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

OPAS – Organização Panamericana de Saúde

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos

SUMÁRIO

Introdução	13
Procedimentos Metodológicos.....	16
Capítulo 1 – A Política de Assistência Social.....	19
1.1 A trajetória da Política de Assistência Social.....	19
1.2 A Proteção Social Básica.....	22
1.2.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias (PAIF)	24
1.2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	25
1.2.3 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	26
1.3 A Interseccionalidade de Gênero e Raça na Proteção Social Básica.....	27
Capítulo 2 - O racismo e as desigualdades raciais	32
2.1 A Historicidade do Racismo.....	32
2.1.1 O Mito da Democracia Racial.....	34
2.1.2 Racismo Institucional.....	37
2.2 Desigualdades raciais e interseccionalidade de gênero e raça.....	40
2.2.1 Situação das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho.....	43
2.2.2 As Mulheres Negras e o Trabalho Doméstico.....	44
Capítulo 3 - Análise da dimensão racial no âmbito do CRAS.....	47
3.1 A Operacionalização da Proteção Social Básica.....	47
3.2 A discussão do Recorte Racial pelos Profissionais do CRAS.....	50
3.3 A Interseccionalidade de Gênero e Raça no âmbito do CRAS.....	54
Considerações Finais.....	58
Referências Bibliográficas.....	60

INTRODUÇÃO

O racismo tem sido um dos grandes pilares da desigualdade social brasileira. Ao afirmar isso, é preciso salientar que essa discussão tem sido levantada pela sociedade civil ao longo das últimas décadas. Existem inúmeros dados que apontam para as piores condições de vida do segmento negro, para as barreiras à participação igualitária em diversos campos da vida social e para as consequências que estas desigualdades e discriminações produzem não apenas para este grupo específico, mas para a sociedade como um todo. (IPEA, 2011)

A discussão acerca do recorte racial na Proteção Social Básica é foco do presente trabalho de conclusão de curso. O tema surgiu a partir da participação no Grupo de Pesquisa e Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (NAAPP) como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), onde pude participar da pesquisa *“Atuação dos gestores e técnicos do CRAS e desafios a transversalidade de gênero e raça na execução de benefícios e serviços socioassistenciais”*.

A referida pesquisa apontou como um dos resultados uma limitada operacionalização da transversalidade de gênero e raça na Proteção Social Básica, tendo em vista que os gestores e técnicos da instituição desenvolvem reduzidas atividades que abordem tais temáticas, mesmo reconhecendo que seu público é composto majoritariamente por mulheres negras. Dessa forma, percebe-se a necessidade de discussão entre os profissionais acerca das demandas específicas deste segmento.

O trabalho buscou compreender por que não há centralidade do recorte racial nas ações ofertadas pela Proteção Social Básica, considerando que seu público majoritário é composto por mulheres negras, tendo como premissa básica que o recorte racial não está presente em tais ações, pois os profissionais não reconhecem o racismo institucional como um fator que provoca desigualdades raciais nas estruturas institucionais.

Considerando os dados coletados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)¹ em 2013, acerca do perfil das pessoas cadastradas na Política de Assistência Social, sabe-se que a maioria se autodeclarou de cor/raça parda (63,9%), seguido por

¹ Em maio de 2016 o MDS passou a ser o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

branca (27,5%), mostrando como é notório que a face da pobreza brasileira tem cor. Tal dado contribui para dar visibilidade a uma realidade de discriminação racial, a qual também reforça a necessidade de ações que valorizem a promoção da igualdade racial nas políticas públicas.

Abordar a questão racial é relevante, pois sabe-se que pardos e pretos estão historicamente associados às desigualdades presentes na sociedade brasileira mesmo após a abolição da escravidão, o que de acordo com Jaccoud (2008), Neto (2011) e Cavas (2011) foi nesse período que a questão racial ganhou maior ênfase, ao serem difundidas ideias de que o progresso do país dependia do aprimoramento racial.

Sabe-se que a histórica relação de desigualdades na qual os negros estão inseridos é fruto da ausência do Estado desde o período pós-abolição. Os autores Neto e Cavas (2011) salientam que a falta de políticas e ações de inserção social e econômica para os negros, no período pós-abolição, veio para aumentar a disparidade existente entre brancos e negros, em especial as mulheres, pois até os dias atuais elas se encontram em maior número nos postos de trabalho que em muito se assemelham ao período pós-abolição, como cozinheiras, arrumadeiras e faxineiras.

“Se a abolição da escravatura lhes concedeu a liberdade, dessa liberdade pouco puderam usufruir, uma vez que ser mulher, negra e pobre, já era um estigma que significava: inferioridade, ignorância, subalternidade e ausência de direitos mínimos que assegurasse sua cidadania.” (NETO e CAVAS, 2011:4).

A não aceitação e a invisibilidade de ações contra a discriminação racial, que foram impostas historicamente aos negros, são questões de suma importância para nos direcionarmos as políticas de ações afirmativas, buscando construir uma nova percepção acerca das necessidades desse segmento, assim como o desenvolvimento das capacidades humanas desse grupo vulnerabilizado.

A pesquisa foi realizada com os gestores e técnicos do CRAS. A escolha desse público deve-se ao fato de que ao operacionalizarem as ações da Proteção Social Básica, os profissionais do CRAS estão diariamente lidando com as expressões das desigualdades historicamente presentes na vida da população negra.

As orientações técnicas do CRAS (2009) salientam que estes profissionais constituem a principal tecnologia da política de assistência social e que estes devem ser qualificados e comprometidos com os direitos socioassistenciais dos usuários da instituição. É de salutar importância abordar tal temática dentro da Proteção Social

Básica, pois a sociedade brasileira tem historicamente negado a presença do racismo nos mais diversos meios contribuindo para que este ganhe espaços até mesmo em lugares que deveriam buscar combatê-lo como é o caso do CRAS.

Inferese que é necessário abordar a questão do racismo institucional entre os gestores e técnicos da instituição, tendo em vista que a falta de problematização a respeito do tema tem se perpetuado em muitas instituições e chegado até o CRAS, tendo em vista os dados supracitados.

Espera-se que a análise do presente trabalho de conclusão de curso, possa contribuir na reflexão sobre a importância de discutir e incorporar o recorte racial na política de Assistência Social, para que a população negra, em especial as mulheres negras, tenha mais espaço de participação dentro do CRAS. Além disso, espera-se contribuir na discussão entre gestores e técnicos sobre a identificação do racismo institucional, fator que leva a perpetuação das desigualdades raciais nas estruturas institucionais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Método é a via pela qual busca-se alcançar determinado fim. Tendo em vista que esta pesquisa se propõe a realizar uma análise acerca do recorte racial nas ações da Proteção Social Básica implementadas em dois CRAS do DF, buscou-se o método crítico dialético, que se propõe de acordo com Diniz e Silva (2008:4-5):

O método dialético reconhece a dificuldade de se apreender o real, em sua determinação objetiva, por isso a realidade se constrói diante do pesquisador por meio das noções de totalidade, mudança e contradição. A noção de totalidade refere-se ao entendimento de que a realidade está totalmente interdependente, interrelacionada entre os fatos e fenômenos que a constitui. Já a noção de mudança compreende que a natureza e a sociedade estão em constante mudança e que elas tanto são quantitativas quanto qualitativas. Enquanto isso a noção de contradição torna-se o motor da mudança. As contradições são constantes e intrínsecas à realidade. As relações entre os fenômenos ocorrem num processo de conflitos que geram novas situações na sociedade.

Como esta pesquisa se propõe a analisar o recorte racial nas ações da Proteção Social Básica, é preciso salientar que ao realizar esta análise, também se avalia a maneira pela qual as relações raciais se construíram no Brasil e sua incidência direta no campo dos determinantes e condicionantes da situação de vulnerabilidade do público usuário. Sabe-se que o mito da democracia racial e o racismo institucional que imperam nas relações socioinstitucionais no Brasil, foram cruciais para a ocorrência da presença majoritária da população negra nos piores índices de educação, mercado de trabalho e desemprego, refletindo também no acesso frequente as ações da Proteção Social Básica.

A compreensão da importância da análise do recorte racial também está calcada em dados provenientes da última pesquisa sobre o Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal de 2013, na qual foi constatado que 73,7% das pessoas cadastradas se declararam de cor/raça parda e preta. Tal dado revela que a cor/raça é um dos determinantes da situação de vulnerabilidade dos usuários do CRAS (BRASIL, 2013).

A temática surgiu não só dos dados citados acima, como também dos resultados obtidos do projeto de pesquisa intitulado “*Atuação dos gestores e técnicos do CRAS e desafios à transversalidade de gênero e raça na execução de benefícios e serviços socioassistenciais*”, do qual eu participei como bolsista de iniciação científica. O projeto auxiliou não só na definição e exploração da temática da monografia, como também foi durante a participação como bolsista do PIBIC no NAAPP que realizei, juntamente com

outra pesquisadora do grupo, as catorze entrevistas nos dois CRAS². As entrevistas focaram questões relacionadas à operacionalização de ações com recorte de gênero e raça no âmbito do CRAS. Os dados revelaram a falta de centralidade do recorte racial nas ações do CRAS, tendo em vista que seu público majoritário é composto por mulheres negras.

A realização das entrevistas ocorreu nos CRAS de duas regiões administrativas do DF, no período de abril a maio de 2015. Participaram da pesquisa oito profissionais de nível superior e seis técnicos de nível médio totalizando catorze entrevistados. O questionário possuía questões semiestruturadas e questões abertas para alcançar os dados a partir dos objetivos propostos.

Essa pesquisa foi realizada utilizando a metodologia qualitativa que *“mostram uma abordagem diferente da investigação acadêmica do que aquela dos métodos da pesquisa quantitativa”* (CRESWELL, 2010: 206). A partir de tal abordagem foi possível não só utilizar a revisão da literatura como permitiu que os entrevistados discorressem sobre a sua perspectiva no que diz respeito à existência do recorte racial nas ações ofertadas pela Proteção Social Básica, e a discussão sobre o racismo institucional como fator determinante dessa ausência.

Assim, com vistas a alcançar o objetivo proposto, a pesquisa se dividiu em duas etapas. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico e documental. Tal etapa exigiu extensa pesquisa bibliográfica sobre temas como política de Assistência Social, democracia racial e racismo institucional. Tal levantamento forneceu elementos imprescindíveis para a análise do tema.

Na segunda etapa, foi realizada a análise das entrevistas, relacionando os dados com a bibliografia levantada, com o intuito de analisar a questão do racismo institucional e a ausência de problematização por parte dos profissionais do CRAS a respeito da necessidade de recorte racial nas ações da instituição.

Durante a realização da pesquisa foram adotados procedimentos éticos. As entrevistas foram registradas com autorização dos participantes e lhes foi garantido o sigilo das informações e a não identificação dos entrevistados. Antes de sua realização,

² Gostaria de agradecer as professoras Priscilla Maia e Lucélia Pereira pela participação na pesquisa e utilização dos dados coletados. Agradeço também à Emanuelle Castro pela parceria na realização das entrevistas.

os profissionais foram esclarecidos sobre os objetivos do estudo e, quando concordaram em ser entrevistados, foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, buscando garantir a não identificação dos entrevistados e sigilo das informações, durante a exposição e análise dos resultados, optou-se por não identificar os dois CRAS onde foram realizadas a pesquisa.

CAPÍTULO 1

A Política de Assistência Social

1.1. A trajetória da Política de Assistência Social

A política de Assistência Social está inserida no âmbito da seguridade social, que conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 194: “*compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*” Adiante, a CF de 88 ainda estabelece que as ações da política de assistência social devem ser ofertada àqueles que dela necessitarem.

Para Sposati (2011:44), a inserção da Assistência Social na tríade da proteção social, significa dizer que esta abarca “*o conjunto de inseguranças sociais geradas pelo ciclo de vida, por estigmas, discriminações, agressões, como também por todo um universo de relações para além do indivíduo, postas em relações familiares e em sociedade.*” Ao abordar a Assistência Social no campo da proteção social é preciso compreender de que forma esta vem delineando sua trajetória no conjunto das políticas sociais brasileiras.

A Assistência Social gesta-se juntamente com o surgimento do Serviço Social que data de 1930, a partir de iniciativas de grupos pequenos por meio da Igreja Católica, que tempos depois aliou-se ao Estado. Inicialmente, o Estado encarava as mazelas sociais como “caso de polícia” e após as intensas mudanças ocorridas na sociedade, este reconheceu a necessidade de intervir de forma mais profunda na sociedade, distanciando-se da intervenção da Igreja. Como afirma Oliveira (1996):

Pode-se afirmar, em princípio, que a década de 30, no Brasil, é ponto de referência importante e inevitável para que se possa compreender o surgimento do Serviço Social neste país. Isto porquê, se até 1930 a questão social, foi considerada como “caso de polícia”, sendo tratada no âmbito dos aparelhos repressivos do Estado, após 1930, passou a ser reconhecida como legítima, transformando-se numa questão de política exigir soluções mais sofisticadas. (OLIVEIRA, 1996:109)

A Assistência Social, antes mesmo de tornar-se política pública, ficou designada a diversas instituições, em muitos momentos nas mãos do setor privado, outorgando a estes o exercício da proteção social. Tal prática também era reservada a família, a igreja e a sociedade, numa lógica filantrópica e de ajuda pública.

Posteriormente, o Estado passou a atuar em parceria com as demais instituições do setor privado, no sentido de gerir as mazelas sociais, porém numa condição de subsidiário, ou seja, o Estado se inseria de forma residual e paliativa, deixando a cargo do setor privado a execução da proteção social. (MIOTO, 2008).

A partir da Constituição Federal de 1988 a Assistência Social ganha um novo olhar no campo das políticas públicas, pois passa a integrar o sistema da Seguridade Social, insere-se no tripé em conjunto com as políticas de saúde e previdência. A Constituição de 1988 possibilitou um maior alcance às políticas públicas; aumentou suas bases de financiamento e institui um modelo de gestão que visa alcançar as particularidades que cada área possui, salientando que a proteção é universal, democrática, distributiva e não estigmatizadora. (SILVA, 2012)

Ao garantir à seguridade social o status de “*proteção universal, democrática, distributiva e não estigmatizadora*” a Constituição Federal de 1988, reconhece que o indivíduo independente de sua condição sócio econômica, é detentor de direitos de cidadania, trazendo assim para a política de Assistência Social alterações no que se refere à histórica relação de benemerência que a população em situação de vulnerabilidade social estabelecia com Estado. Assim, salta-se do campo da ajuda e do clientelismo, e se reconhece a dita *questão social*, como responsabilidade do Estado em garantir proteção social aos cidadãos.

A *questão social* é então entendida como um dos produtos do modo capitalista de produção e inserida nessa relação entre capital e trabalho, a qual molda as relações sociais a partir da desigualdade na distribuição de riqueza socialmente produzida e na posse dos meios de produção, o que repercute na esfera social, econômica, cultural e política, tornando-se cerne de atuação do Serviço Social assim como das políticas sociais, que passam a atuar de forma mais incisiva, abstendo-se de práticas caritativas e de repressão. O que pode ser ratificado por Iamamoto e Carvalho (2007):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007:77).

Ao se denominar como política social não contributiva, a Assistência Social, volta-se exclusivamente para aqueles que dela necessitarem. Estar em situação de vulnerabilidade social decorrente das diversas mazelas que o capitalismo empreende na vida dos sujeitos, também se torna expressão da questão social, assim como qualquer outra situação que viole a vida do cidadão brasileiro, seja por ausência ou insuficiência de renda e a tudo aquilo que se refere as relações sociais que os indivíduos estabelecem.

De 1930 até os dias atuais, a Política de Assistência Social passou por diversas modificações, nas quais se destaca a sua inserção no campo da Seguridade Social e da Proteção Pública, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993. Em 1998 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual foi reformulada em 2004, em que traz o Estado como garantidor e cumpridor dos direitos, além da necessidade de articulação com outras políticas, indicando também que as ações devem ser pensadas de forma múltipla e integrada. (PNAS, 2004).

É possível inferir através da PNAS (2004) que a Política de Assistência Social ganha magnitude dentro do escopo da proteção social ao ter elencado três grandes objetivos, os quais visam à garantia de mecanismos capazes de assegurar a integração social dos sujeitos que por inúmeras razões foi negligenciada. Abaixo os três grandes objetivos que confirmam tal afirmação:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004:33).

De acordo com Lajús (2010) um marco na história da Política de Assistência Social, foi a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, a qual apresentou os resultados do debate nacional, que desencadearam a decisão em conjunto pela necessidade de implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Em 15 de outubro de 2004, a partir da resolução nº 145, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A PNAS definiu as bases para um modelo de gestão dessa política por meio do Sistema Único de Assistência Social, que regula e organiza o atendimento às demandas relacionadas à proteção social no território nacional, com a finalidade de garantia do definido na LOAS. A Norma Operacional

Básica do SUAS (NOB/SUAS) foi aprovada pela resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, e regula o sistema, sua forma e suas particularidades. (LAJÚS, 2010:57)

O SUAS é um sistema público descentralizado, participativo e não-contributivo; e que tem como função a gestão da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Constitui-se na organização das ações socioassistenciais em todo o território nacional. O foco dos serviços, dos programas, projetos e benefícios é a atenção à família e a seus membros, além de ter o território como base de organização. (BRASIL, 2004)

Os níveis de proteção social elencados na PNAS (2004) são organizados em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica, oferta serviços, ações, programas e benefícios no CRAS, situados em áreas de vulnerabilidade social, atuando principalmente com famílias e indivíduos, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.

Neste sentido é responsável pela oferta de três tipos de serviços: Serviço de Atenção Integral às Famílias (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idoso. Além disso, tem a função de prestar orientações e informações para a população de sua área de abrangência, bem como articular com a rede de proteção social local. (BRASIL, 2004)

A Proteção Social Especial volta-se a indivíduos e grupos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência, entre outros. Destina-se ao enfrentamento de situações de risco em famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou situações nas quais já tenha ocorrido o rompimento dos laços familiares e comunitários (PNAS, 2004).

1.2. Proteção Social Básica

Ao falar em Proteção Social Básica, é preciso primeiro compreender o que se entende por “básico” na Política de Assistência Social, logo é importante salientar que não significa dizer que a proteção se coloca como simples, ínfima, ou até mesmo irrisória, mas significa dizer que esta coloca-se como fundamental, essencial no conjunto das

políticas públicas, capaz de produzir mudanças na vida daqueles que são usuários da política. (PRISCO: 2012)

Isso é possível confirmar através do documento Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social ao afirmar que “[...] básico é aquilo que é basilar, mais importante, fundamental, primordial, essencial, ou aquilo que é comum a diversas situações” (CFESS, 2007:11).

A Proteção Social Básica tem como intuito impedir que situações de risco ocorram com os segmentos mais vulneráveis, através da promoção de potencialidades e aquisições, e a sustentação de vínculos familiares e comunitários. Logo, essa ação é voltada para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, derivado da pobreza, ausência de renda, precário acesso aos serviços públicos, e a fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social, como preconceitos quanto a faixa etária, raça, gênero, deficiência e outros (PNAS, 2004).

As ações de Proteção Social Básica deverão se articular aos serviços de Proteção Social Especial e também se vincular as políticas públicas locais, no intuito de garantir a efetividade de suas ações e o desenvolvimento do protagonismo das famílias e sujeitos usuários da política. Sobre isso, Teixeira (2010:5) afirma que:

O novo desenho da Política de Assistência Social busca romper com a tradição de atendimentos pontuais, dispersos, descontínuos e fragmentados, voltados para situações limites extremas, assumindo uma dimensão preventiva, em nível de atenção básica, além daquela dirigida para situações de média e alta complexidade, quando o risco ou violação de direitos já ocorreu.

Nesse sentido, a Proteção Social Básica deve ser vista como o primeiro nível de atenção da Política de Assistência Social, fugindo da lógica de minimização da pobreza e voltando-se para a proteção, prevenção, fortalecimento dos vínculos sociais e familiares. Logo, trata-se de um conceito inacabado que precisa passar por diversas transformações a partir das orientações da própria política (ARAUJO, 2009).

Partindo de tal análise, é possível inferir que as ações da Política de Assistência Social na esfera da Proteção Social Básica, visam solucionar questões que impedem o sujeito de acessar os seus direitos devido às situações de risco e vulnerabilidade social. Assim, a Proteção Social Básica busca prevenir tais situações para que o sujeito possa desenvolver sua autonomia, como afirma Andrade (2008):

“(...) a incorporação do caráter preventivo está diretamente associado à necessidade do desenvolvimento de estratégias e ações que garantam o rompimento do ciclo de reprodução da exclusão social e a violação de direitos, evitando assim a reincidência em situação de risco e vulnerabilidades” (ANDRADE, 2008:61).

As ações de Proteção Social Básica realizam-se de forma direta nos CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. A respeito da maneira como as ações devem ser desenvolvidas, o autor PRISCO (2012:88) salienta que:

(...) as ações desenvolvidas no CRAS devem ser propostas de modo a produzir impactos significativos e duradouros na vida dos sujeitos sociais, por meio de estratégias que sejam capazes de interferir na maneira em que os próprios sujeitos, as famílias e os membros da comunidade gerem as suas relações, com a finalidade de torná-los preparados para encontrar soluções hábeis para interromper o ciclo de vulnerabilidades, sem, contudo, excluir a responsabilidade e participação ativa e permanente do Estado neste processo.

Portanto, as ações de Proteção Social Básica consistem no respeito aos diversos arranjos familiares que têm surgido ao longo da história da sociedade e aos valores e crenças pertencentes a esses sujeitos. Busca-se através do diálogo o combate a todas as formas de preconceito, violência e discriminação nas relações familiares. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo ao Estado e ao setor privado a sua implementação.

1.2.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) baseia-se no trabalho social com famílias, de caráter continuado, no intuito de fortalecer a função protetiva das famílias, para que seus vínculos não sejam rompidos e para que estes sujeitos tenham acesso e fruição dos direitos, contribuindo assim na melhoria da sua qualidade de vida. Em geral os usuários do PAIF encontram-se em situação de vulnerabilidade e são participantes de diversos outros programas sociais. (BRASIL, 2009)

As ações do PAIF estão em torno da troca de informações referentes à infância, adolescência, juventude e envelhecimento, para que assim as famílias possam encontrar um lugar de troca e expressão das suas dificuldades além de construir caminhos e possibilidades. Por isso tem por princípios basilares *“a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação. Serviço*

ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).” (BRASIL, 2009:6).

A PNAS (2004) inova ao trazer como um dos objetivos do PAIF, o desenvolvimento da autonomia e protagonismo dos usuários de tal serviço. Entende-se que ao trabalhar tais categorias, os profissionais, auxiliam os usuários a atribuir significado aos determinantes sociais, como por exemplo, a questão racial. No entanto, Carloto (2008) salienta que esses termos ainda são trabalhados de maneira subjetiva dentro do CRAS, dificultando o alcance de tal objetivo principalmente no PAIF, que trabalha com as mais diversas faixas etárias.

Diante do exposto é possível inferir que o PAIF se caracteriza por ser um serviço articulado a outras políticas públicas e as demais ações ofertadas pela Proteção Social Básica, tendo como ruptura a visão fragmentada das vulnerabilidades sociais, inserindo-as num contexto social, cultural e econômico, promovendo a autonomia desses sujeitos ao atribuir significado às vulnerabilidades vivenciadas por estes e assim dando-lhes possibilidade de usufruir de seus direitos enquanto parte da sociedade.

1.2.2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é geralmente realizado em grupos, de acordo com a faixa etária, no intuito de garantir um aumento gradativo de aquisições aos usuários no que diz respeito ao seu ciclo de vida, a prevenção de situações de risco social e até mesmo a complementação do trabalho social (BRASIL, 2009).

Este serviço realiza-se através da intervenção social, problematizando as situações que se apresentam como desafiadoras, no intuito de orientar e estimular a construção e desconstrução das particularidades vivenciadas por cada sujeito participante, levando em consideração sua família e seu território. Possui caráter preventivo e proativo ao promover trocas culturais e desenvolver sentimentos de pertencimento e identidade, fortalecendo vínculos que outrora se encontravam fragilizados, além de promover a socialização e convivência em comunidade (BRASIL: 2009). Assim como afirma a autora Franco (2013):

Busca-se a defesa e afirmação dos direitos ao desenvolver as capacidades e potencialidades dos usuários, para que assim encontrem alternativas ao enfrentamento da vulnerabilidade social. Dessa forma, o serviço deve contemplar ações intergeracionais e deve ser composto pelos mais diversos segmentos da sociedade, sem distinção de sexo, raça, etnia, deficiência entre outros. Caminhar na construção de políticas que contribuam nesta direção implica em fortalecer a

compreensão de que o desenvolvimento individual, o conhecimento e as competências, dependem da orientação suporte e estrutura fornecida pela sociedade. Implica ainda, reconhecê-las como portadoras de direitos, respeitando-se as diferenças, com relação ao aspecto do gênero, classe, raça, étnica, idade, religião entre outros. (FRANCO, 2013:67)

Entende-se que o serviço deve necessariamente estar articulado as demais ações da Proteção Social Básica, para que ocorra a promoção da autonomia desses usuários e consequentemente a reflexão por parte tanto dos profissionais quanto dos usuários acerca do quanto os determinantes sociais, econômicos e culturais são condicionantes para a situação de vulnerabilidade.

Ao falar da construção de ações que respeitem principalmente as diferenças de gênero e raça, também se entra no campo da discussão acerca do quanto esse serviço é importante para a discussão sobre os fatores que desencadeiam situações de vulnerabilidade social, como por exemplo, a questão racial. Sendo assim, o serviço caracteriza-se como uma das ações que contemplam o recorte racial, porém de maneira pontual. Logo é preciso encontrar estratégias que visem à centralidade desse recorte em ações que já tenham por prerrogativa tal demanda.

1.2.3. Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Esse serviço tem por característica principal a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários com deficiência e idosos, no intuito de garantir direitos, garantir a participação e a inclusão desses na sociedade para desenvolver sua autonomia e suas potencialidades individuais e sociais, para que não se encontram em situação de risco, exclusão e isolamento.(BRASIL:2009)

Dessa forma, o serviço deve contribuir no acesso destas pessoas as mais diversas ações do Estado, como as políticas públicas, a educação, trabalho, saúde, transporte especial, programas de acessibilidade, programas de habilitação e reabilitação, entre outros. A família deve ser foco também da ação desse serviço, no intuito de oferecer apoio, orientação, encaminhamentos na busca da melhoria de qualidade de vida desses usuários, sempre ressaltando o caráter preventivo da ação. (BRASIL, 2009)

Infer-se que este serviço tem por objetivo a prevenção do isolamento de idosos e pessoas com deficiência, a prevenção do rompimento dos vínculos familiares, a busca de abrigo institucional, a tentativa de desconstrução de mitos e preconceitos que rondam esses usuários. Além do desenvolvimento de estratégias que estimulem e

potencializem os recursos que estes já possuem para sua autonomia e inserção na sociedade, para que assim estes possam usufruir de seus direitos através da melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 2009)

Diante do exposto a respeito dos serviços de Proteção Social Básica, é possível inferir que em geral busca-se o atendimento à família, indivíduos, de maneira a alcançar todas as gerações, pelas mais diversas faixas etárias, na tentativa de fortalecer seus vínculos entre os membros e também da comunidade. Nessa disposição, este nível de proteção permiti atingir tanto a família quanto a comunidade como um todo. (PRISCO, 2012).

Logo, entende-se que a Proteção Social Básica se configura como mais um espaço de discussão e problematização a respeito dos diversos determinantes e condicionantes que incidem na vida desses usuários, permitindo que este seja mais um espaço de desconstrução de preconceitos tão arraigados na sociedade brasileira, como questões relacionadas a gênero e raça.

1.3. A interseccionalidade de gênero e raça na Proteção Social Básica

Ao trazer a categoria interseccionalidade para questões relacionadas à gênero e raça nas políticas públicas, pressupõe-se que as ações ofertadas podem afetar de maneira diferente homens e mulheres, brancos e negros e que dessa maneira a categoria deve ser tratada de forma integrada no conjunto das políticas públicas, mais especificamente na Política de Assistência Social.

Para a autora Kerner (2012), o termo interseccionalidade está relacionado as estruturas sociais cunhadas ao longo da história, e que estas atribuem significados as relações de poder e identidade que hoje encontram-se na sociedade. Logo, ao falar sobre essa categoria, a autora traz que interseccionalidade serve de símbolo para todas as maneiras possíveis de:

“combinações e de entrelaçamento das diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de “raça”, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências.” (KERNER, 2012:12)

Além de Kerner (2012), a autora Crenshaw (2002), conceitua interseccionalidade como o caminho no qual busca-se compreender o produto das estruturas de subordinação presente nas mais diversas sociedades, sejam elas relacionadas ao racismo, ao patriarcalismo e as desigualdades de classe:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

O termo interseccionalidade tem sido utilizado pelas mais diversas correntes de conhecimento para fazer menção à questão de identidade e opressão. Nas políticas públicas, mais especificamente na política de Assistência Social, é recente a utilização enquanto princípio norteador, sendo reivindicado principalmente pelos organismos internacionais que buscam promover a igualdade de gênero e raça. No caso do Brasil, o termo ainda tem ganhado espaço de maneira tímida, em ações pontuais e focalizadas na Política de Assistência Social, em específico na Proteção Social Básica. (ORTIZ, 2013)

Infere-se que a categoria é de suma importância para analisar de que forma as ações desenvolvidas pela Política de Assistência Social, mais especificamente a proteção social básica, incorporam as dimensões de gênero e raça, à medida que estas têm se apresentado na sociedade como questões históricas de identidade e opressão e que devem ser tratadas em espaços de combate aos preconceitos tão arraigados na sociedade brasileira.

No cenário brasileiro, a Política de Assistência Social, em especial a Proteção Social Básica, tem se colocado como o primeiro acesso às outras políticas públicas, reiterando seu espaço de acolhimento para toda e qualquer pessoa que dela necessitar.

Na Constituição Federal de 1988 e nos mais diversos documentos que normatizam a política, é possível encontrar como um de seus objetivos a garantia dos direitos daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, com identidades estigmatizadas, como as mulheres e a população negra, além de se tornar um espaço para a problematização dos determinantes e condicionantes que rondam tais questões. (BRASIL, 2004)

Tem-se que a última estatística disponibilizada pelo Censo CRAS de 2014, sobre a quantidade de grupos do PAIF na esfera nacional, mostrando que 26.648 grupos foram disponibilizados neste período. Até agosto de 2014, 561.852 famílias estavam participando de forma regular. Esta mesma pesquisa mostrou que destas famílias, 429.007 foram o total de mulheres participando das atividades do PAIF (BRASIL, 2015).

O PAIF traz em seu bojo de atuação o trabalho de proteção dos direitos e memórias culturais, práticas comunitárias, identidade racial e étnica dos povos e comunidades atendidas. No entanto, as normativas salientam que as ações não “*devem se resumir a atrações culturais*” (BRASIL, 2012:15), apesar de não haver apontamentos sobre como as ações do PAIF poderão ocorrer para além das ditas “*atrações culturais*” no trato da identidade étnico-racial.

Ainda dentro da perspectiva das ações da Proteção Social Básica, tem-se que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, trabalha orientações com cada faixa etária para a socialização e fortalecimento do vínculo das pessoas dentro dos grupos, de modo que a interação dos adultos com outras crianças promova a reprodução dos papéis familiares e sociais, no intuito de compreender e aceitar regras, controlar a agressividade, compartilhar habilidades, além de destacar as diferenças de gênero.

No entanto cabe ao profissional estabelecer tais diferenças, porque dependendo da abordagem, pode-se incorrer no reforço negativo do papel da mulher na família. A mulher historicamente tem sido o principal alvo da Política de Assistência Social, tendo em vista o ordenamento social, no qual as mulheres se ocupam com trabalho doméstico e a educação dos filhos e aos homens cabe somente o papel de provedor do lar.

Destaca-se de partida que a mulher é o principal ator/atriz na política de assistência social, seja na gestão e execução, seja como beneficiária. Esse ponto de partida já é produto do padrão das relações de gênero, que orientam, de modo mais ou menos rígido, a conduta dos indivíduos e a ação estatal. A associação família–mulher é incorporada tanto entre as beneficiárias da política quanto nas instituições responsáveis pela política. (CARLOTO e MARIANO, 2010:458).

É possível destacar ainda que, nas normativas não foi possível encontrar a orientação acerca do trabalho de construção de identidade racial ou de gênero com as crianças, o documento aponta o papel dos membros da família dentro do espaço de convívio e socialização. (BRASIL, 2011)

Todo o trabalho desenvolvido no CRAS deve ter em sua linha de frente profissionais que busquem o desenvolvimento das potencialidades e aquisições dos sujeitos ali atendidos (BRASIL: 2009), por isso devem conhecer seu público de forma que tais atividades alcancem de fato as suas necessidades, não só de maneira paliativa, mas também atuando nos desdobramentos que estas ações empreendem na vida desses sujeitos.

Ao abordar questões de gênero e raça no contexto dos usuários da política é preciso levar em consideração o sujeito inserido dentro de um contexto histórico e social que vá além da relação binária entre masculino e feminino. Conforme Guiraldelli e Engler (2008):

(...) não estamos nos referindo única e exclusivamente às mulheres, mas nos situando na trama das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, entre o masculino e o feminino. O gênero atravessa as relações humanas, seja na esfera social, política, econômica, cultural ou mesmo simbólica. (GUIRALDELLI, ENGLER, 2008: 252).

Compreender que as políticas públicas devem abarcar tais categorias em sua formulação é fundamental, porém isso não pode ser feito de forma puramente técnica, ou seja, todas as iniciativas que visem combater as desigualdades de gênero e raça devem conter um teor político em suas ações, além da necessidade de compreensão dos diversos efeitos que cada categoria de diferenciação produz no cotidiano dos segmentos mais pauperizados da sociedade.

A literatura mais recente sobre políticas de igualdade tem incorporado a interseccionalidade nas políticas públicas, revelando uma preocupação com o aumento de múltiplas formas de desigualdade social, repressão e poder que tem atingido as mulheres em todo o mundo. Um dos aspectos centrais dessa abordagem interseccional diz respeito à necessidade de se perceber que as categorias de diferenciação – discriminação de gênero, raça/etnia, geração, exploração de classe, biopolítica dos corpos, produzem efeitos distintos, dependendo do contexto analisado. (LISBOA e LOLLATO, 2012: 3)

É de suma importância abordar a questão racial, pois sabe-se que pardos e pretos estão historicamente associados as desigualdades presentes na sociedade brasileira mesmo após a abolição da escravidão, o que de acordo com Jaccoud (2008) foi nesse período que a questão racial ganhou maior ênfase, ao serem difundidas ideias de que o progresso do país dependia do aprimoramento racial.

A ideia de que o progresso do país dependia não apenas do seu desenvolvimento econômico ou da implantação de instituições modernas, mas também do aprimoramento racial de seu povo, dominou a cena política e influenciou decisões públicas das últimas décadas do século XIX, contribuindo efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país, sobretudo, ao restringirem as possibilidades de integração da população de ascendência africana. O projeto de um país moderno era, então, diretamente associado ao projeto de uma nação progressivamente mais branca. (JACCOUD, 2008: 49).

Entende-se que é histórico o grande fosso presente entre brancos e negros em relação ao acesso à educação, saúde, emprego e segurança, estudos mostram que a

população negra em sua maioria ocupa cargos inferiores aos brancos. De acordo com Almeida (2014):

Os estudos estatísticos têm constatado que há um fosso entre a população negra e a população branca, em termos de acesso e oportunidades. A ausência de negros nas profissões de prestígio, na política, em algumas expressões artísticas, na mídia etc., é resultado de uma longa história de exclusão, na qual o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade, quase intransponíveis (ALMEIDA, 2014: 133-134).

Inferese-se que os direitos sociais garantidos através da Constituição Federal de 1988 e os avanços até aqui obtidos com a Política de Assistência Social, precisam ganhar efetividade, no que diz respeito às questões de gênero e raça, através da adoção de ações que incorporem a interseccionalidade, pois da forma que estão delineadas as ações da Proteção Social Básica, os seus ganhos não tem contemplado de maneira equânime as demandas desse segmento.

Muito embora suas ações pareçam grandiosas, as desigualdades historicamente construídas em nosso país se perpetuam ao não ganharem centralidade nas ações da Proteção Social Básica. É possível constatar um distanciamento enorme entre o acesso aos direitos e a efetividade do acesso à assistência social, que vêm se configurando como lugar de ações engessadas que desconsideram as reais necessidades e anseios daquele aos quais os programas estão direcionados.

CAPÍTULO 2

O racismo e as desigualdades raciais

2.1.A historicidade do racismo

O racismo é histórico e possui como característica principal a relação de superioridade de uma raça sobre a outra, no entanto, não possui bases científicas de existência, se alicerça muito mais na busca de interesses individuais, políticos, econômicos e de dominação. É histórico, pois tem se observado a sua presença nos mais diversos povos e nas mais diversas culturas desde a Antiguidade. Como aponta a autora Carneiro (1988:18):

A origem do racismo não é científica, e o homem não nasce com preconceito. É política, social ou econômica, sendo usada pelos indivíduos para justificar seus interesses, exploração econômica, ou como pretexto para a dominação política. Tanto na Antiguidade como na Idade Média os homens, em vários momentos, se utilizaram da existência de diferenças físicas e de desacordos de caráter religioso como motivo para justificar suas lutas pelo poder e sua ganância econômica.

O autor Carlos Moore (2007) traz que a origem do racismo está intimamente ligada à relação de superioridade e inferioridade que vários povos mantiveram entre si, principalmente os gregos e romanos, os quais se basearam principalmente na ideia de que a sociedade era dividida entre “civilizados” e “bárbaros”, para que assim também pudessem manter a relação de dominação e consequentemente expandir seus territórios através da mão de obra barata e escrava, o que também levou a difusão de ideias de que alguns “nasceram para ser livre” e outros “nasceram para ser escravo”.

Logo, com a expansão dos continentes e do modo capitalista de produção, a escravidão era a forma mais rentável para os países em desenvolvimento, pois assim poderiam manter sua expansão e a conquista por terras. Sobre isso o autor Moore (2007) assinala que:

No decurso desse processo, foi a indivíduo etnicamente diferente que via de regra, impôs-se a escravidão. Tais indivíduos ostentavam a condição quase insuperável de não livre (escravo), desde o momento em que ingressavam, por meio do jugo, na ordem normativa da nação conquistadora, ou seja, nem sequer experimentavam a transição a partir do status de cidadania plena. (MOORE, 2007:77).

Logo o racismo em si, é compreendido pela necessidade de se sobrepor a outra raça, tratando-a de forma discriminada e hostil, por questões puramente morais, religiosas, e filosóficas, sustentada por diversos pensadores na história da humanidade,

refratando principalmente para homens e mulheres negras, como salienta Guiraldelli e Engler (2008):

(...) vale considerar que o racismo é resultante de teorias e pensamentos que se reportam à Antiguidade Clássica consubstanciadas pelas ideias, platônicas e aristotélicas, sendo apropriadas no decorrer dos séculos por demais pensadores que sustentaram a relação de desigualdade entre brancos e negros, homens e mulheres. (Guiraldelli e Engler, 2008:255)

Não se pode falar em racismo sem deixar de mencionar argumentos polêmicos que foram sustentados acerca da subjugação dos negros aos brancos, nos quais a Igreja Católica se apoiou durante muito tempo, a qual Heilborn, Araújo e Barreto (2010) apontam:

Já a reflexão religiosa retomou a interpretação judaica das escrituras, acerca da maldição de Noé sobre o filho de Cam, Canaan, que, pela ofensa do pai a Noé, por ter visto o pai nu desmaiado após ter bebido vinho, foi condenado, ele e sua descendência, a servir aos/as filhos/as de Jafé e Sem. A teoria de predestinação protestante, de que o destino das pessoas seria determinado de antemão por Deus, reavivou essa interpretação, dando-lhe um significado no qual a escravidão estaria no destino dos povos africanos, filhos de Cam, sob o domínio dos filhos de Jafé, europeus. (HEILBORN, ARAUJO e BARRETO, 2010: 29)

Voltados para esse tipo de argumentação, tanto a igreja Católica quanto o Estado passaram a justificar a escravidão dos negros africanos a partir de textos sagrados, e conseqüentemente buscando seus próprios interesses, pois *“a igreja católica e o Estado sempre defenderam a posição superior dos brancos, valendo-se de leis e convenções que lhes garantiam os melhores cargos, títulos e privilégios”* (CARNEIRO, 2003:10).

Embora insustentável muitos buscaram em teorias naturalistas como de Charles Darwin (1809-1882), justificar que através da observação das características físicas e intelectuais dos negros, era possível identificar que os brancos estavam no topo da escala evolutiva. De acordo com Lilian Moritz Schwarcz (2010):

Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas, a partir de critérios deterministas, e, mais uma vez, o Brasil surgia representado como um grande exemplo; dessa feita, um “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2010:22).

Sendo assim, é possível inferir que todas essas linhas de argumentação tinham como base colocar o negro numa condição de subjugado em relação aos brancos e assim justificar sua raça como condição natural para essa relação de dominação. Tais teorias contribuíram para que o negro fosse segregado e hostilizado pelas mais diversas culturas, pois *“a hostilidade e o medo da cor especificamente negra é um fenômeno francamente*

universal que se encontra nos mitos e nas culturas de praticamente todos os povos não-negros” (Moore, 2007:49).

2.1.1. O mito da democracia racial

No Brasil o racismo possui como uma de suas consequências históricas, o regime de escravidão no qual os negros foram inseridos desde que chegaram a essas terras, tal regime é de suma importância para compreendermos o atual panorama do racismo brasileiro.

A coroa portuguesa em meados do século XVI, passou a desembarcar a população negra em muitas terras brasileiras, no intuito de que estes trabalhassem forçadamente nas minas de ouro e nas lavouras de cana-de-açúcar. Logo, de acordo com Nunes (2006) é possível afirmar que:

O panorama geral da escravidão no Brasil, recomposto por vários historiadores, mostra que o regime escravista não foi menos violento do que em outros países. Ao contrário, podemos perceber uma violência cotidiana, multiforme e naturalizada, que nos dá pistas para o entendimento do racismo brasileiro atual. (NUNES, 2006:90)

Muitas medidas buscaram minimizar os efeitos da escravidão, como por exemplo, a Lei do Ventre Livre (1871), e a Lei dos Sexagenários (1885), porém o fim da escravidão veio tardiamente para o Brasil, com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, no entanto a instituição da abolição não foi acompanhada por mudanças no quadro social, político e econômico para a população negra, como salienta Paixão (2006):

A abolição da escravatura no Brasil, em 1888, realizou-se com um atraso de, no mínimo, 66 anos, período transcorrido desde a independência do Brasil, em 1822. A demora quanto à eliminação do sistema escravista evidenciou um traço marcante da elite brasileira do país: a adoção de processos lentos e graduais para a realização de mudanças sociais. (PAIXÃO, 2006:35)

Após a abolição da escravidão, os negros passaram a ficar na mesma condição de igualdade com os brancos, no entanto, muitos autores trazem que a Lei Áurea não passou de uma farsa, pois a elite brasileira da época continuou a perpetuar os comportamentos racistas e passou a delegar a população negra os piores postos de trabalho (PAIXÃO, 2006).

Sobre isso, Nunes (2006), assinala que ainda que a abolição tenha representado para o segmento negro que estes estariam na mesma condição de igualdade que os

brancos, outorgando-lhes um status de cidadania, essa transformou-se numa luta constante até os dias atuais.

A esperada cidadania após a abolição não aconteceu e, até hoje, é uma luta constante em uma sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os escravos são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial. (NUNES, 2006:91)

Logo, a lei mostrou-se muito mais em papel do que em ação, pois os negros tiveram que lutar contra todos os mecanismos de hostilidade que o racismo desencadeou no decorrer dos séculos, pois este passou a ser mais difundido através de teses que buscavam tratar o racismo como “científico” através da elite brasileira, o que foi aceito por um longo período pela sociedade, como salienta Jaccoud (2009):

A abolição tampouco significou o início da desconstrução dos valores associados às “designações de cor”. Ao contrário, não apenas se observou a continuidade de fenômenos do preconceito e da discriminação racial, como estes foram fortalecidos com a difusão das teses do chamado “racismo científico”. A adoção pela elite brasileira de uma “ideologia racial” teve início nos anos 1870, tendo se tornado plenamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920. A disseminação das teses racistas no Brasil e sua reconstrução na forma de ideologia racial ocorreram, no período final da escravidão, enquanto estava em curso o processo de adaptação da sociedade à mudança do status jurídico dos negros. (JACCOUD, 2009:21)

No final do século XIX, entram em debate no Brasil diversas teorias racistas juntamente a ideia de miscigenação, as quais buscavam construir uma ideologia racial, no intuito de naturalizar as desigualdades raciais que foram firmadas na sociedade brasileira. Sobre isso, os autores Heilborn, Araújo e Barreto (2010) discorrem que:

Assim sendo, as ideias de raça, mestiçagem e miscigenação tornaram-se conceitos fundamentais problematizados nos trabalhos de intelectuais brasileiros/as que buscavam solução para o impasse de se pensar a viabilidade da nação brasileira dentro do contexto racista do século XIX. Vista com pessimismo por alguns/as e com mais otimismo por outros/as, a questão racial foi debatida calorosamente ao final do século XIX no interior das instituições acadêmicas da época: faculdades de Direito e de Medicina. (HEILBORN, ARAUJO e BARRETO, 2010:73)

O enfrentamento do problema racial brasileiro de longe buscou compensar a população negra pelos agravos que a situação de escravidão lhes trouxe, muito pelo contrário, com a abolição foram difundidas diversas ideias e teorias acerca da

superioridade branca, como as “teorias deterministas de raça” que se fundamentavam na definição de uma hierarquia social, na qual brancos de origem europeia ocupavam a posição de superiores e os negros juntamente com outras raças ficavam em subdivisões (HEILBORN, ARAUJO e BARETO, 2010).

Além dessas teorias surgem também ideias a respeito da mestiçagem como forma de oferecer relativa ascensão social aos negros, pois sua presença era mal vista no país e colocava em risco o progresso da nação. Logo, surgiu o ideal de branqueamento pautado também na crença da superioridade branca, que consistiu num “(...) *projeto nacional que surgiu no Brasil, como forma de conciliar a crença na superioridade branca, com a busca progressiva do desaparecimento do negro, cuja presença era interpretada como um mal ao país.*” (JACCOUD, 2009:263)

Em 1930, Gilberto Freyre (1900-1987) publica o livro *Casa Grande Senzala* (1933) no qual aborda um Brasil totalmente miscigenado, em um estado completamente pacífico de convivência entre brancos e negros, apresentando o país como um exemplo de tolerância quanto às diferenças raciais presentes na época, levando a entender que o Brasil passava a viver num estado de “democracia racial” como aponta Heilborn, Araujo e Barreto (2010):

Casa Grande & Senzala continha uma perspectiva positiva e nostálgica das relações entre negros/as, brancos/as e indígenas, apresentando o país como um exemplo de tolerância cristalizada no conceito de democracia racial, ou seja, de convivência pacífica e ausente de conflitos, preconceitos ou discriminações de base racial entre os/as que viviam no país (HEILBORN, ARAUJO e BARETO, 2010:81).

Após 1930, todas as tentativas de justificar a superioridade dos brancos, com uma série de ideias e teorias já assinaladas, como as “teorias deterministas de raça” e o ideal de branqueamento, começou a surgir a chamada ideologia da democracia racial. “*Nesta nova formulação da questão racial, que se consolida após os anos 1950, destaca-se a dimensão positiva da mestiçagem e afirma-se a unidade do povo como produto da miscigenação racial.*” (JACCOUD, 2009:264).

Logo, é possível inferir que no final do século XIX, a ideologia da democracia racial foi perpetuada pelo Estado, pois este a promoveu através de diversas medidas como, por exemplo, a miscigenação, para que assim pudesse diminuir a participação do negro e se possível até mesmo eliminar sua presença física da sociedade brasileira, como salienta Junior (2005):

Nesse momento, início do século XX, a ação do Estado foi fundamental na tentativa de promover a completa assimilação do negro, assimilação física até, com estímulos às relações inter-raciais, bem como o estímulo à imigração de europeus. O objetivo manifesto era o de diminuir a participação do negro da vida nacional, e se possível, eliminar os resquícios de sua presença física pela miscigenação (...). (JUNIOR, 2005:57)

Carlos Hasenbalg (1979:53) considera a democracia racial “*uma poderosa construção ideológica, cujo principal efeito tem sido manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando sérios limites às demandas dos negros por igualdade racial*”. O autor explica que as consequências do mito da democracia racial e das diversas tentativas de anular a história e a cultura do segmento negro foram tomando corpo ao aceitar-se a ideia da ausência de preconceito e discriminação racial na sociedade brasileira (HASENBALG, 1979).

Sendo assim, no início da história, os brancos não se sentiam no dever de se responsabilizar pelos problemas sociais dos negros, e assim passou a ser construída uma sociedade apoiada na ilusão de que todos vivem numa democracia racial, com direitos e acessos iguais, seja no campo econômico, social ou cultural. Entende-se que o mito da democracia racial é um fator que auxilia na negação e invisibilidade do racismo existente na sociedade em suas diversas formas, por exemplo, o racismo institucional.

2.1.2. Racismo Institucional

O termo Racismo Institucional foi cunhado inicialmente nos Estados Unidos, através do Movimento Negro Norte-americano, mas a sua definição veio posteriormente na Inglaterra após o assassinato de um jovem negro. Sobre isso Moraes (2013) afirma que:

O termo Racismo Institucional surgiu na década de 1960 através do Movimento Negro Norte-americano, mas foi definido apenas na década de 1990 na Inglaterra, como resposta ao assassinato do jovem negro Stephen Lawrence por uma gangue branca. O Relatório Macpherson, documento judicial relativo ao caso, ampliou a questão isolada do assassinato argumentando que não apenas os policiais que lidaram com o caso operaram de forma discriminatória, mas a própria instituição policial acionou dispositivos diversos de leniência que findou, no primeiro momento, com a absolvição de todos os criminosos.

No Brasil, o termo Racismo Institucional passou a ser utilizado a partir da década de 1990, por parte do movimento negro, para dar mais visibilidade à atuação do racismo nas mais diversas instituições, passando a ser empregado no processo de formulação das políticas públicas. (JUNIOR e LIMA, 2011).

Em 2001 na Conferência Mundial contra o Racismo, o termo Racismo Institucional tornou-se mais utilizado, pois a partir dessa conferência, juntamente com o debate acerca da questão racial, passou a ser implementado em 2005, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), por meio de uma parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Ministério Público Federal, o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID), como agente financiador, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como agência responsável pela administração dos recursos alocados para o programa. (Lopez, 2012)

A definição de Racismo Institucional utilizada pelo PCRI, diz o seguinte:

O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (PCRI, 2006: 22)

Ainda sobre a conceituação de Racismo Institucional, Gelédes (2013) aponta que:

O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. (...) Dizendo de outro modo, o racismo institucional é um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste último. (GELÉDES, 2013: 17-18)

É possível compreender que o Racismo Institucional se torna produto das relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas durante todo o processo de desenvolvimento da nação brasileira, além disso, não se pode deixar passar que o racismo institucional também é produto das disparidades sociais na qual o negro esteve inserido desde a escravidão.

O racismo institucional é um dos pilares do Racismo, pois esta prática tem definido e legitimado a forma como a sociedade tem se estruturado ao longo de mais de trezentos anos de abolição da escravidão. O racismo se enraíza na cultura e na conduta

cotidiana de sujeitos e profissionais dentro e fora das instituições, propiciando e reafirmando a exclusão racial. Entende-se que *“o que o racismo institucional produz é não só a falta de acesso e o acesso de menor qualidade aos serviços e direitos, mas é também a perpetuação de uma condição estruturante de desigualdade em nossa sociedade”* (Geledés, 2013:11).

O Racismo Institucional apresentado por Silva et. al (2009), é por vezes uma prática que difere do racismo em sua raiz histórica, pois ele não se apresenta de forma explícita, declarada e manifesta, na verdade age indiretamente no funcionamento do cotidiano de instituições e organizações, operando na sociedade através das mais diversas áreas de distribuição de serviços, benefícios e oportunidade, aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele perpassa as relações entre os indivíduos, se insere nessa teia de relações interpessoais e se estabelece no cotidiano institucional, alcançando até mesmo as políticas públicas, que por vezes são também canais dessa prática.

No final dos anos 1990, com as reivindicações do movimento negro, o conceito de Racismo Institucional passa a interferir nas ações do Estado, de forma que esse conceito mobiliza diversos entes da sociedade na produção de políticas públicas que estejam em consonância com a promoção da igualdade racial. (Lopez, 2012)

Assimilar o conceito de Racismo Institucional e o modo como ele opera nas relações interpessoais nas variadas instituições e organizações, é de suma importância para compreender de que maneira o Estado tem se mostrado atuante em relação à temática do preconceito racial. Sabe-se diante do exposto que a historicidade de exclusão social pela qual o segmento negro está inserido tem se refletido também nas ações do Estado durante todo o período de desenvolvimento do país. (GELEDÉS, 2013)

A compreensão do conceito de racismo institucional possibilita que os processos de elaboração das políticas públicas ganhem novas frentes de atuação e passem a compreender o racismo não só como uma construção histórica da sociedade brasileira, mas também como protagonista na produção e reprodução das desigualdades raciais no Brasil, se manifestando de forma indireta no seio das instituições, provocando os processos de discriminação racial, chamado de racismo institucional. Tais processos de discriminação se materializam em desigualdades raciais, que podem ser constatadas por meio de indicadores que mostram a desvantagens dos negros, sobretudo as mulheres negras, em vários âmbitos da vida social e econômica.

2.2.Desigualdades raciais e interseccionalidade de gênero e raça

A desigualdade entre brancos e negros é então decorrente não só do preconceito racial e das diversas tentativas de classificação de raça superiores e inferiores, mas também do longo período de escravidão no qual o segmento negro esteve inserido, além da ausência do Estado na provisão dos meios necessários para que este segmento não fosse ainda mais marginalizado em virtude de seu histórico de exclusão.

O autor Silvério (2002) ainda salienta que no Brasil a ausência do Estado na situação pós-abolição foi crucial para que a sociedade se fundamentasse na exclusão de alguns segmentos, no caso o segmento negro, além de terem a miscigenação como categoria primordial na negação da importância da raça como fator gerador das desigualdades sociais.

Assim, as classificações, embora importantes, não dão conta dessa dimensão objetiva que representou a presença do Estado na configuração sociorracial da força de trabalho no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, nem da ausência de qualquer política pública voltada à população ex-escrava para integrá-la ao novo sistema produtivo. Daí poder afirmar que a presença do Estado foi decisiva na configuração de uma sociedade livre que se funda com profunda exclusão de alguns de seus segmentos, em especial da população negra. (SILVÉRIO, 2002: 225)

É para as mulheres, em especial as negras, que a ausência do Estado na situação pós-abolição deixou ainda mais lacunas acerca da sua inserção social e econômica na sociedade brasileira, pois historicamente as disparidades que estas já carregavam em relação às brancas, se reproduzem em trabalhos que em muito se assemelham ao que lhes era designado em tempos de escravidão, o que serve para reiterar o fato de que a abolição lhes trouxe liberdade, porém uma liberdade calcada nos estigmas de subalternidade e inferioridade. Como afirma Neto e Cavas (2011):

A ausência de políticas de inserção social e econômica para afro-descendentes, no período pós-abolição da escravatura, veio agravar as enormes assimetrias, que perduram até os dias de hoje e que marcam ainda mais as mulheres. Desde o Brasil-Colônia, as mulheres negras eram utilizadas como mão de obra escrava servindo de mucamas e amas de leite, prestando favores sexuais aos seus senhores e, ainda hoje, perpetuadas em ofícios como cozinheiras, arrumadeiras, faxineiras. Se a abolição da escravatura lhes concedeu a liberdade, dessa liberdade pouco puderam usufruir, uma vez que ser mulher, negra e pobre, já era um estigma que significava: inferioridade, ignorância, subalternidade e ausência de direitos mínimos que assegurasse sua cidadania. (NETO e CAVAS, 2011:4)

O Brasil do começo do século 20 ofereceu condições muito diferentes para brancos e negros e para as mulheres desses dois grupos, o que acabou definindo trajetórias distintas ao longo desses mais de cem anos. A partir dos anos 1950, o processo de industrialização ficou mais rápido e a expansão desse novo mercado de trabalho proporcionou a sua abertura para a participação das mulheres, em especial às brancas. Às negras, coube ocupar parte do lugar de trabalho que as brancas deixaram em casa.

No mercado de trabalho, a competitividade e a concorrência são leis fundamentais. Como a discriminação racial tem uma grande importância nas relações sociais no Brasil, a entrada das mulheres negras no mercado de trabalho formal se deu em condições muito mais desvantajosas, e onerosas para elas próprias, do que para as mulheres brancas.

Para as mulheres negras, a abolição da escravidão significou mais que a continuidade no trabalho doméstico nas casas dos brancos. Foi também o ingresso num mercado de trabalho informal remunerado. Elas tinham a responsabilidade de compartilhar ou assumir sozinha o sustento da família, experiência que as mulheres brancas só teriam muito mais tarde.

Ao trazer à tona a herança da escravidão para o segmento negro, é preciso salientar que este não é o único fator que estabelece a inferioridade social deste segmento, o racismo também opera como questão fundante para que este segmento encontre-se marginalizado.

Para as mulheres negras estes operam como divisor na luta por igualdade, pois a luta das mulheres brancas se diferencia das negras pelo quesito cor, pois as negras encontram-se em situação de desvantagem muito mais elevada que as brancas em diversos momentos da história do Brasil, desencadeando uma série de vulnerabilidades que persistem até hoje. Como salienta Pinto (2006):

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. O racismo e as vulnerabilidades decorrentes de sua ligação com outros fatores como o sexismo têm produzido ao longo da história desigualdades sociais entre os indivíduos na sociedade brasileira. (PINTO, 2006:3)

A constituição do movimento feminista é profundamente marcada pela ausência de luta contra o racismo e suas refrações no cotidiano da mulher negra. Ao perceber que mesmo estando em um movimento que tinha como base a luta por igualdade de gênero, esse mesmo movimento ignorava suas demandas mais latentes e não incorporava

discussões acerca da superação do racismo, logo as mulheres negras buscaram demarcar suas diferenças entre os iguais e os diferentes na constituição do Movimento de Mulheres Negras. (SILVA, 2008)

Historicamente as mulheres negras foram marcadas por contradições dentro do Movimento Feminista Brasileiro e que ao perceberem tais contradições, às mulheres negras provocaram dentro do movimento alterações quanto a percepção, comportamentos e instituições sociais. A autora Silva (2008) traz que o Movimento feminista brasileiro sofria de uma visão oriunda do eurocentrismo, pois subvalorizavam uma cultura em particular e ignoravam a questão de raça na hierarquia de gênero, o que desencadeava um distanciamento do cotidiano da mulher negra marcado por uma história de resistências e lutas.

Com as iniciativas do movimento feminista das mulheres negras, estas se transformaram em sujeitos políticos, colocando em debate a inserção da mulher negra na sociedade brasileira marcadamente por um histórico de segregação e hostilidade, trazendo com isso o fato de que não basta inserir a questão de gênero no debate da agenda pública, mas é preciso conhecer as múltiplas especificidades que envolvem cada segmento que se encontra subalternizado. Assim, ao tornar político as desigualdades de gênero, as mulheres negras reafirmam como prioridade para seu segmento, o combate ao racismo nas políticas públicas com enfoque de gênero e raça. (CARNEIRO, 2003)

A historicidade do racismo opera como um divisor de águas quando nos referimos as desigualdades entre mulheres negras e brancas. Sabe-se que as mulheres enfrentam dupla e até tripla jornada de trabalho, no que diz respeito ao trabalho produtivo e reprodutivo, no entanto quando se observa as refrações do período escravagista na vida das mulheres negras é possível inferir que as implicações das desigualdades de gênero ganham outra conotação no contexto desse segmento, as negras historicamente sofrem efeitos mais perversos das desigualdades do que as mulheres brancas.

A herança escravagista, principalmente no que diz respeito as relações entre sinhás e escravas, determinou que o espaço da casa fosse o lugar do trabalho reprodutivo para ambos os segmentos, seja branca ou negra, no entanto, a hierarquia racial era objeto de extremo respeito.

A autora Sueli Carneiro (2002) salienta que as mulheres negras estão inseridas em múltiplas formas de exclusão social, em consequência da conjugação perversa do racismo e sexismo, que se desdobra negativamente em todas as dimensões da vida delas. Tais desdobramentos se manifestam na esfera social, econômica, cultural, na expectativa de

vida em relação às mulheres brancas e também no mercado de trabalho, no qual elas se encontram nos lugares de menor prestígio.

Ao analisar o panorama atual brasileiro, é possível constatar que o espaço doméstico continua sendo um lugar de dominação de gênero, porém persistem as antigas relações raciais, pois ainda se encontra uma presença majoritária de mulheres negras como empregadas domésticas enquanto predomina-se um alto índice de mulheres brancas no lugar de patroa. Além de persistir essa relação de subordinação, a ocorrência de assédio sexual com as trabalhadoras domésticas remonta as antigas práticas do período colonial. (BRASIL, 2010)

Dessa forma é possível inferir que desde o período colonial a sociedade brasileira tem sido marcada por padrões sexistas e racistas, pois ainda persistem as relações assimétricas de gênero e raça no âmbito da sociedade brasileira. Esses padrões se repetem desde o período escravagista. Indicadores revelam tais disparidades no campo da saúde, educação, mercado de trabalho e seguridade social.

2.2.1. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho

O mercado de trabalho é o local importante para a análise das desigualdades, pois o acesso e a condição de ingresso são momentos de extrema importância na vida dos sujeitos. Até porque este espaço está intimamente ligado ao nível educacional dos indivíduos representando dois lados de um mesmo momento, pois a inserção na esfera do trabalho é marcada pela trajetória educacional do sujeito o que influenciará sua posição na sociedade.

Diversos dados mostram que o mercado de trabalho é marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero e raça e esse é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e, em especial, na Política de Assistência Social que lida com as situações de risco e vulnerabilidade social.

Tem-se como primordial na esfera do mercado, os efeitos discriminatórios, pois a maneira desigual de acesso a determinados postos de trabalho assim como o ingresso no setor informal é demasiadamente marcada pela discriminação de gênero e raça. (IPEA, 2013)

Ao fitar os olhos na história do Brasil em relação as trabalhadoras, encontra-se um grande número de mulheres negras que escravizadas trabalharam extensivamente nas

casas-grande, como amas e criadas sujeitas a todo tipo de violação dos direitos humanos. Dessa forma, torna-se mais fácil compreender porque as negras encontram-se atualmente em grande número nos piores postos de trabalho, pois a exploração da sua mão de obra faz parte da formação social do Brasil, assim como de muitos outros países. (BRASIL, 2010)

Ao utilizar indicadores para a análise da participação das mulheres negras no mercado de trabalho, é possível constatar um enorme fosso no que diz respeito às taxas de desemprego quando comparadas ao restante da população, pois estas se encontram sempre em maior número, o que gera um quadro de desproteção, vulnerabilidade e inserção no setor informal.

TABELA 1

Taxa de desemprego da população de 14 anos ou mais, segundo sexo e cor/raça
Total Metropolitano 2009 - 2013 (em %)

Período	Mulheres			Homens		
	Negras	Não negras	Total	Negros	Não negros	Total
2009	19,0	14,1	16,4	13,3	10,0	11,6
2010	16,8	12,4	14,4	11,0	8,0	9,4
2011	14,4	10,7	12,5	9,5	7,3	8,3
2012	13,9	10,5	12,2	9,9	7,8	8,8
2013	14,0	10,1	12,0	10,1	7,6	8,8

■ Fonte: DIEESE/SEADE, MTPS/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O total inclui os sem declaração de cor/raça

Obs.: a). Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo b). Negros: pretos e pardos; não negros: brancos e amarelos.

O quadro acima revela que tal segmento sofreu e ainda sofre com as refrações do racismo no mercado de trabalho, pois de 2009 a 2013 a taxa de desemprego somente aumentou, enquanto para o restante da sociedade a taxa sofreu oscilações muito mais no sentido de melhora do que piora, demonstrando assim que o racismo é um fator importante na análise do desemprego.

2.2.2. As mulheres negras e o trabalho doméstico

É no contexto de inserção no trabalho doméstico que as diferenças entre as raças são mais latentes para as mulheres negras, devido a sua relação histórica de subordinação e hostilidade na sociedade brasileira junto as refrações do racismo no cotidiano desse segmento, assim é possível constatar sua presença majoritária em postos de trabalho que

em muito se assemelham aos trabalhos que outrora estas realizavam, além de ser um setor marcado pela informalidade, precariedade e exploração. Como sintetiza Faria et al. (2014):

Historicamente, o trabalho doméstico sempre carregou o estigma da servidão, com a cooptação de “moças do interior” para “ajudar” a servir a nova classe burguesa que estava emergindo, primeiro, e com a omissão do poder público sobre a esfera privada, depois, fato que ajudou a manter essa relação de trabalho na invisibilidade. (FARIA et. al., 2014:359)

Os dados da pesquisa “O Emprego doméstico no Brasil” (DIEESE: 2013), considerando o período de 2004 a 2011, mostrou a tendência de elevação do percentual de trabalhadoras domésticas negras em todas as regiões do país, exceto para a região Norte, que teve uma redução ínfima de 79,6%, em 2004, para 79,3%, em 2011. A região Sudeste registrou o maior aumento de mulheres negras ocupadas no trabalho doméstico no período, com o percentual correspondendo a 52,3%, em 2004, e atingindo 57,2%, em 2011. Logo é possível constatar que a presença majoritária de mulheres negras no trabalho doméstico é fruto da histórica ligação entre esse tipo de trabalho com a escravidão, pois tal atividade era exercida predominantemente por esse segmento. No momento atual ainda existem sinais das relações escravagistas no emprego doméstico, pois as refrações do racismo têm gerado desrespeito aos direitos fundamentais dos indivíduos, em especial das mulheres negras.

Tal constatação revela um modelo estratificado de classe, cor e gênero, porque boa parte dos trabalhadores domésticos é composta por mulheres negras provenientes de famílias de baixa renda e que realizam atividades domésticas para famílias de classe média e alta, as quais em muitos casos são chefiadas por mulheres brancas. Tal realidade reflete também nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolve entre patrões e empregadas domésticas. (BRITES, 2000)

Essas relações de trabalho em muitos casos são informais e familiares, deturpando o caráter de profissão de tal atividade. Além do que o emprego doméstico continua sendo o principal meio de sobrevivência das mulheres pobres, em especial, as mulheres negras, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional no mercado de trabalho. Constata-se que os tempos mudaram, as leis sofreram alterações, mas o modelo de relação estabelecido do período escravagista ainda encontra espaço nos lares brasileiros. (DIEESE, 2013)

Diante do exposto, infere-se que uma das bases de sustentação das desigualdades presentes na sociedade brasileira, é a historicidade do racismo e suas refrações até os dias atuais. Logo, o mito da democracia racial e o racismo institucional, deslegitimam uma necessidade que impera na sociedade brasileira: a discussão e a problematização acerca dos fatores que incidem na condição do negro de estar em piores condições em relação aos brancos.

CAPITULO 3

Análise da dimensão racial no âmbito do CRAS

3.1. A operacionalização da Proteção Social Básica

Foram entrevistados 14 profissionais de dois CRAS do Distrito Federal, sendo 8 (oito) especialistas e 6 (seis) técnicos. Os especialistas são formados em Serviço Social, Psicologia e Pedagogia. Os profissionais destacaram a insuficiência de recursos humanos na instituição, a morosidade na operacionalização dos benefícios e serviços e em alguns casos a não oferta de serviços socioassistenciais por falta de recursos humanos e materiais.

Os profissionais relataram ainda que não conseguem atender todas as famílias que chegam ao CRAS, devido à sobrecarga de trabalho e ao reduzido quadro de profissionais. Tal fato ocasiona ainda espera por parte do usuário que na maioria dos casos chega com demandas imediatas, como por exemplo, casos de insegurança alimentar e falecimento entre os membros da família.

Este dado revela o quanto a Política de Assistência Social ainda tem sido tratada como secundária no conjunto das políticas públicas, pela morosidade na concessão de direitos, além de perpetuar sua tradição de não política, reforçada pelo Estado ao não investir em equipes profissionais, como afirma Yazbek, Couto, Raichelis e Silva (2010:57):

A questão dos recursos humanos é um desafio para a administração pública, mas assume características específicas na assistência social, pela sua tradição de não política, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas para efetivar ações que rompam com a subalternidade que historicamente marcou o trabalho dessa área.

Sobre a dimensão racial, é de suma importância ressaltar que todos os entrevistados relataram que o perfil dos usuários do CRAS é predominantemente mulheres pardas e pretas. Além disso, somente 4 (quatro) percebem a diferença entre demandas trazidas por brancos e negros, o que está associado a um ciclo de vulnerabilidades já existentes, de acordo com um dos entrevistados:

“Sim, geralmente as brancas, na maioria, aconteceu algum tipo de situação que fez com que ela entrasse nessa situação de vulnerabilidade, já as negras, mesmo as que não se consideram, elas

já vêm desse histórico, já vem num ciclo de vulnerabilidade, reproduzindo, reproduzindo...” (Especialista 1)

Quando questionados se existe racismo no Brasil, 13 (treze) dos 14 (quatorze) entrevistados disseram que sim, o que demonstra a percepção deles acerca da histórica relação desigual entre negros e brancos. Tal dado pôde ser ratificado na questão de todos concordarem com o fato da cor de uma pessoa poder ajudar ela ter um emprego melhor ou ser mais bem tratada, pois todos disseram que isso ocorre devido ao preconceito racial existente no mercado de trabalho.

No entanto dos 14 (quatorze) entrevistados, 8 (oito) afirmaram que as demandas trazidas ao CRAS não estão associadas a qualquer tipo de preconceito. Tal dado revela que é possível que os profissionais conheçam a realidade dos usuários, porém não problematizam questões de gênero e raça quando se trata de um fator determinante de inserção do usuário nas ações do CRAS. Tal postura contribui para a naturalização do racismo, pois ainda que este esteja presente na sociedade, os profissionais não associaram à questão racial a presença majoritária de mulheres negras na instituição.

Tomando como fator determinante da realidade dos usuários, as questões de gênero e raça devem ser consideradas como fatores de desigualdades na análise da condição do usuário. Assim conforme Almeida (2014: 132):

O pano de fundo que se movimenta e se transmuta historicamente são as ideologias raciais que estruturam as relações sociais no Brasil, sobre as quais se reafirmam os preconceitos e as práticas discriminatórias que dão materialidade ao racismo “à brasileira”. Este racismo, cuja existência material é reconhecida pela população, dialeticamente nega a existência dos agentes, pois, no Brasil, “ninguém é racista”. Desconhecidos esses agentes, nutre-se a impunidade, a invisibilidade, o silêncio e, conseqüentemente, maiores são as dificuldades para seu enfrentamento através de políticas públicas.

Além disso, 6 (seis) profissionais concordaram com a afirmação de que “*no Brasil é melhor ser pobre do que ser negro*”, pois o negro em sua condição histórica de desigualdade em relação ao branco, já se encontra em situação de pobreza desde seu nascimento e se vê mais discriminado ao procurar uma oportunidade de emprego, por causa da sua cor, de acordo com um dos entrevistados: “*É ruim falar isso, mas concordo, porque se você é um pobre branco, você encontra mais oportunidade que um preto (...)* Geralmente o pobre é negro”. (Especialista 3).

Os dados revelam que apesar dos profissionais do CRAS afirmarem a predominância de mulheres pardas e pretas, não há atividade de caráter continuado para

tais segmentos. Apesar de reconhecerem a necessidade de atividades que abordem tais temáticas, isso tem sido abordado de forma esporádica em eventos e comemorações, por exemplo, o Dia da Consciência Negra.

Entende-se que ao ter como público majoritário mulheres pretas e pardas, estas tornam-se conforme preconiza a PNAS (2004), prioritárias no que diz respeito ao acesso as instituições que operacionalizam a Proteção Social Básica, no caso o CRAS. Assim, é preciso retomar que dentre as ações desenvolvidas no CRAS, o PAIF tem sido basilar no que diz respeito à acolhida dos usuários, estudos sociais, orientações, encaminhamentos, visitas domiciliares, etc. Logo, ao ter um programa que abarque todas essas categorias, é possível que dentro dele sejam trabalhadas e problematizadas as questões de gênero e raça.

Além do PAIF, tem o SCFV que desenvolve atividades socioeducativas através de grupos, divididos de acordo com o ciclo de vida de seus participantes, ou seja, é possível trabalhar a construção dos papéis de gênero dentro desses grupos de modo a desnaturalizar a divisão de papéis existentes entre homens e mulheres na sociedade, além de abarcar questões acerca da desigualdade racial.

No entanto Carloto e Mariano (2010) salientam que embora as normativas direcionem as ações para tal discussão, a mulher, ao tornar-se presença majoritária no CRAS, também é protagonista nas ações de ambos os serviços, ou seja, a ideia de família construída a partir de todos os documentos que orientam e normatizam as ações dos profissionais, dilui-se na figura da mulher.

É possível afirmar que falta problematização por parte dos profissionais acerca da questão racial. Tal constatação tem sido um fator determinante na falta de centralidade do recorte racial nas ações ofertadas pela Proteção Social Básica na Política de Assistência Social.

Entende-se que apesar de todos os avanços ocorridos em torno das políticas públicas para a igualdade racial, ainda existe resistência por parte dos profissionais e do Estado, ao não reconhecerem como primordial a necessidade de estratégias e atividades voltados a um público constituído majoritariamente por mulheres negras no CRAS.

Essa ausência não se deve apenas à falta de percepção da importância da temática ou inexistência da sensibilidade para a questão. Ao contrário ela parece se dever exatamente à grandiosidade e centralidade.

A paralisia do Estado é similar à da sociedade, onde largos setores ainda resistem a enfrentar o problema. (JACCOUD, 2008: 167)

Ainda que o foco da presente análise seja a dimensão racial nas ações ofertados no CRAS, percebeu-se a necessidade de realizar o cruzamento da questão de gênero, em virtude da grande quantidade de mulheres negras atendidas na instituição, dessa forma entende-se que nos CRAS do DF a dimensão racial opera concomitante a questão de gênero. Sendo assim, a partir análise dos dados ficou evidente a interseccionalidade de gênero e raça como eixos estruturantes das desigualdades.

Afluindo nesta direção, entende-se que a operacionalização da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, ainda tem sido construída de maneira secundária no conjunto das políticas públicas, dificultando ainda mais a necessidade de reflexão e problematização acerca das desigualdades de gênero e raça.

3.2. A discussão do recorte racial pelos profissionais do CRAS

Ao expressar que a *questão social* é um dos produtos do modo capitalista de produção e que este molda as relações sociais a partir da desigualdade na distribuição de riqueza socialmente produzida, Iamamoto e Carvalho (2007) salientam que a *questão social*, é também a expressão das desigualdades nas áreas econômica, social, cultural e política. Assim, ao falar de desigualdade social, também se fala em desigualdade racial, pois ambas caminham lado a lado.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) entende que vulnerabilidade e pobreza estão relacionadas não só a fatores econômicos, mas também aos diversos fatores externos que incidem na vida do indivíduo. Assim, é importante salientar que as condições do segmento negro devem ser consideradas não só em sua totalidade, mas também nas particularidades que os coloca nos diversos índices alarmantes de desigualdade racial, ou seja, tal discussão é imprescindível no cotidiano do CRAS, pois este tem como compromisso o combate a todas as formas de discriminação.

Ao serem indagados sobre a existência da variável cor ou raça dos usuários nos instrumentais utilizados no CRAS, todos os entrevistados não souberam responder com clareza se havia ou não. É relevante citar que dois entrevistados que trabalham há mais de quinze anos no CRAS relataram que não trabalhavam com tais categorias, e que até poderia existir no cadastro do Bolsa Família, mas que eles consideravam isso também

uma forma de discriminação do negro contra ele mesmo. Abaixo a fala de um dos entrevistados:

“Tem, no próprio cadastro do Bolsa Família tem, não é discriminação, mas discriminando a cor de cada pessoa, acredito que seja porque ultimamente tem esse negócio de cota nas universidades, para mim isso nem devia existir, todos são iguais, acho que o sangue é da mesma cor, do branco e do preto, então quer dizer que abre para o preto. Porque agora é preto, uma cota e futuramente tem que abrir uma cota para o indígena, uma para o pardo, e o branco? Não precisa de cota? É puro? Não é bem assim, acredito que não deve haver distinção entre raça, religião e cor. Acho que tem que acabar essa questão de cota, deve entrar pelos méritos, pelos estudos. ” (Técnico 2)

Na fala do entrevistado, constata-se que o mito da democracia racial, como já salientado por Carlos Hasenbalg (1979), ainda se refrata no cenário da sociedade brasileira, ao constituir-se como uma poderosa construção ideológica de que os negros e brancos estão no mesmo patamar de igualdade em todas as esferas. Nesse sentido, fomenta a manutenção das diferenças inter-raciais fora do âmbito social, econômico e político, gerando barreiras a equidade de acesso aos serviços essenciais.

É de suma importância compreender que ainda que a abolição tenha representado um salto na história das relações sociais e trabalhistas no Brasil, isso não foi suficiente para abolir a existência dos diversos estereótipos que o segmento negro carrega desde a escravidão, no entanto, isso dá-se de forma velada, ou seja, implícita em discursos que tentam deslegitimar a luta por igualdade entre as raças. Assim como afirma Eurico (2013):

Na história contada sobre o país há uma lacuna importante quanto ao destino da população negra após a abolição, fruto do silêncio que insiste em ratificar que a injustiça cometida contra essa parcela da população cessou com o fim da escravatura. Por outro lado, a busca pela transformação da nação em um país desenvolvido e industrializado logrou justificar essa exclusão, e os estereótipos se disseminaram pelo país, atribuindo ao negro a culpa por sua condição social (EURICO, 2013:294).

Atualmente a ideologia da democracia racial e o ideal de branqueamento, asseguram a imagem de que o Brasil é um país mestiço e democrático, de fato é, é uma mistura de diversas etnias, porém não é democrático, do ponto de vista econômico, social, de gênero, cultural, racial, etc. Ainda que o projeto inicial de branqueamento tenha fracassado, outras maneiras de embranquecimento permanecem no imaginário dos gestores do CRAS, como o embranquecimento das demandas do público majoritário da instituição. (ALMEIDA, 2015)

É importante salientar que o não reconhecimento da importância das variáveis sexo e cor/raça, configura-se também como mais um espaço de materialização do racismo, pois isso, gera dificuldades na coleta de informações relativas às demandas do público majoritário da instituição, fomentando barreiras para o combate às desigualdades raciais. Sobre isso Rocha (2009), afirma que:

A ausência ou o não preenchimento do quesito cor nos instrumentos de registro e geração de informação da saúde, ou de qualquer outro serviço público, nos aponta uma das muitas formas de expressão do racismo no Brasil, que é o silêncio das informações relativas à cor/raça como um forte mecanismo de invisibilidade racial. (ROCHA, 2009:548)

Ao serem indagados se identificavam diferenças nas demandas trazidas por negros e brancos, foi possível constatar tanto comportamentos não verbais de inquietação por parte dos entrevistados, como mudança no semblante, quanto atitudes de recusa em responder à questão. Somente um entrevistado relacionou demandas à cor/raça do usuário e afirmou:

“Sim, geralmente as brancas, a maioria, aconteceu algum tipo de situação que fez com que ela entrasse nessa situação de vulnerabilidade, já as negras, mesmas as que não se consideram, elas já vêm desse histórico, já vem num ciclo de vulnerabilidade, reproduzindo, reproduzindo...” (Especialista 3)

As perguntas referentes à cor/raça geraram desconforto e ambiguidades nas falas dos participantes, muitos levavam um tempo maior para responder e outros ao negar a existência do racismo, não entendiam o porquê de responder perguntas, tais como *“O racismo no Brasil está diminuindo?”* Resposta: *“Não existe racismo no Brasil” (Técnico 3)*, porém o mesmo entrevistado ao ser indagado se *“A cor de uma pessoa pode ajudar ela a ter um emprego melhor ou ser mais bem tratada?”* Respondeu *“Não deveria, mas ocorre, Concordo.”* Assim, entende-se que:

Conceber a existência de racismo no Brasil ainda é um tema tabu para parte significativa da sociedade. Reconhecer que esse racismo resulta decorrente de práticas ou da omissão de instituições ainda não faz parte do conceito das agências do sistema de justiça, por exemplo. (SILVA: 2013:22)

Sendo assim, ao retomar os estudos de Moore (2007) acerca das diferenças entre as raças e as respostas da sociedade brasileira diante disso, pode-se inferir que o racismo ainda se refrata de forma omissa por parte dos executores da Política de Assistência Social. Tal indicativo contribui para a perpetuação da condição de subjugado do negro em relação ao branco, e revela também o quanto a herança da escravidão torna-se basilar

no que diz respeito à incidência do segmento negro como público majoritário das ações do CRAS.

De acordo com dados do MDS (2013), acerca do perfil das pessoas cadastradas na Política de Assistência Social, sabe-se que a maioria se declarou de cor/raça parda (63,9%), seguido por branca (27,5%). Considerando-se negros os que se declaram pretos ou pardos, tem-se que 70,8% das pessoas cadastradas e 73,7% daquelas beneficiárias do PBF seriam assim caracterizadas, mostrando, como é sabido, que a face da pobreza brasileira tem cor.

Ao falar do perfil dos usuários da Política de Assistência, é preciso salientar que a maioria dos entrevistados afirmou que o público majoritário do CRAS é pardo e preto, no entanto é contraditório que os profissionais não associaram tal índice as demandas apresentadas e muitos afirmaram a não existência do racismo, até mesmo atribuindo isso aos negros. *“Existe o racismo ainda no Brasil, inclusive nas faculdades, vagas pra brancos, negros, índios.” (Técnico 5), “Não, acredito não, o próprio negro discrimina ele mesmo, isso é coisa do passado.” (Técnico 6)*

Aqueles que afirmaram a não existência do racismo trabalham há mais de quinze no CRAS, ou seja, possuem um histórico de vivência com esse público e sabe das suas demandas, além de conhecerem as normas e diretrizes da PNAS (2004) a respeito do público alvo de suas ações e a luta no combate às desigualdades que tanto imperam na sociedade.

Logo, é possível inferir de tal afirmação que o racismo em muitos momentos difere em sua raiz histórica, como prática explícita, por vezes apresenta-se indiretamente no funcionamento do cotidiano de instituições e organizações, operando até mesmo em lugares nos quais busca-se combater toda e qualquer tipo de preconceito, como no caso do CRAS. (SILVA, 2009)

Tal prática perpassa as relações entre os indivíduos, se insere nessa teia de relações interpessoais e se estabelece no cotidiano institucional, a essa prática, diversos autores, como Silva (2009) e Moraes (2013), denominam como *racismo institucional*. Tal conduta tem sido produto da maneira como a sociedade tem se estruturado ao longo de mais de trezentos anos de abolição da escravidão. Configura-se como mais uma expressão do racismo que se enraíza na cultura e na conduta de sujeitos e profissionais, dentro e fora das instituições, propiciando e reafirmando a exclusão racial.

Ao identificar que o *racismo institucional* também ganha espaço a partir do discurso dos profissionais do CRAS, entende-se que o racismo não é só uma construção histórica da sociedade brasileira, mas também é ator principal da propagação das desigualdades raciais que persistem no Brasil. Além disso, infere-se a necessidade de discutir a questão racial não só com o público usuário, mas também com os profissionais que operacionalizam as políticas, para que de fato as ações possam contribuir para a redução das desigualdades como preconiza a PNAS (2004).

Entende-se que a ideologia da democracia racial e as variadas formas de sua expressão, como o *racismo institucional*, estão imbuídos no imaginário social. Sendo um dos sinais da extrema necessidade de investimento na discussão e problematização por parte das instituições acerca dos determinantes do público de suas ações, pois as causas do racismo são camufladas, no entanto seus efeitos são tangíveis.

3.3. A interseccionalidade de gênero e raça no âmbito do CRAS

Sabe-se que as categorias gênero e raça andam lado a lado no que diz respeito aos indicadores, sejam eles sociais, econômicos e/ou educacionais. Tal realidade é reflexo das estruturas discriminatórias que foram construídas ao longo do período da escravidão e também posterior a ele. Sobre isso, é importante retomar o conceito de interseccionalidade.

De acordo com as autoras Kerner (2012) e Crenshaw (2002), através da utilização da interseccionalidade tenta-se capturar as consequências da interação entre duas categorias que ao longo da história estiveram subordinadas há um conjunto de práticas discriminatórias. No caso do presente trabalho de conclusão de curso, buscou-se relacionar o quanto gênero e raça são eixos de desigualdades que muitas vezes se cruzam, e no caso da Política de Assistência Social, foi constatado que grande parte do público usuário é constituído por mulheres negras.

A forma como as relações de gênero se enraizaram no Brasil, incidiu fortemente na história das mulheres, principalmente para as negras, pois sofrem com a influência real do racismo e do sexismo. A influência da subordinação entre as raças e o patriarcalismo, são visíveis ainda hoje na realidade das mulheres, em maior incidência para as negras. No que diz respeito a situações de desemprego, desigualdades salariais e moradias precárias as mulheres negras figuram como protagonistas. (IPEA, 2011).

É preciso lembrar que de acordo com os dados do MDSA (2013) as pessoas cadastradas na Política de Assistência Social são em sua maioria mulheres, jovens de até 15 anos e de cor/raça parda. A maioria das pessoas acima de 25 anos tem apenas o ensino fundamental incompleto, e ainda há uma proporção expressiva de pessoas sem instrução. Somados, têm-se 66,6% das pessoas do Cadastro Único que não completaram sequer o ensino fundamental.

Tal dado revela mais uma vez a realidade na qual as mulheres negras estão inseridas, realidade essa imbuída não só da herança da escravidão e das diversas tentativas de apagar o racismo da história do Brasil, mas também inserida na construção histórica de papéis destinados a homens e mulheres. Logo, é preciso frisar que as mulheres negras historicamente encontram-se em condição de desigualdades em relação as brancas, notando-se assim que os quesitos cor e gênero andam lado a lado no aumento das desigualdades de gênero e raça e na incidência destas na Política de Assistência Social. (PINTO, 2006)

Os entrevistados ao serem indagados se as demandas apresentadas estavam relacionadas a algum tipo de preconceito, seja de gênero, raça, orientação sexual, religioso ou outros, responderam em sua maioria que não, poucos relacionaram as demandas a questão de gênero. Tal dado revela que as percepções acerca dos determinantes do público alvo dos serviços não estão sendo abordados na instituição.

Em vista disso, sabe-se que a falta de reflexão e criticidade a respeito desses fatores, também se torna mais um caminho de propagação das desigualdades. Ao lidar com um público repleto das mais diversas formas de opressão, é imprescindível ter um olhar para além da demanda posta, mas de forma abrangente, inserindo-se na reflexão de suas particularidades.

O termo interseccionalidade deve ser utilizado como princípio norteador da Política de Assistência Social (ORTIZ, 2013). Isso se dá ao fato de que através dos dados, foi possível identificar que as bases sexistas e racistas da sociedade brasileira, afetam diretamente as desigualdades que ainda persistem para aqueles que se encontram em maior número no que diz respeito a vulnerabilidade social.

Ao serem indagados sobre a importância do CRAS desenvolver atividades que abordassem a temática de gênero e raça, percebeu-se que alguns entrevistados se sentiram

desconfortáveis para responder ou preferiram não emitir sua opinião, porém aqueles que responderam, salientaram que essa não é a maior demanda do CRAS.

Olha só, eu acho, mas não é a nossa maior demanda, não que eu não ache importante, mas elas não são a nossa maior demanda, até porque aqui na secretaria já tem uma unidade que atende essa parte, que trabalha com a promoção da igualdade racial, tem uma unidade da diversidade na SEDEST, nós precisamos proteger, promover, essas coisas de combate ao preconceito, mas realmente não é a nossa maior demanda. (Especialista 6)

Promover e proteger, de fato são funções da Proteção Social Básica, e estão diretamente ligadas a possibilidade de retirada das mulheres negras do papel de subordinação e marginalização que lhes é reservado. Entende-se que desenvolver atividades que abordem essas categorias é de suma importância para que a promoção e proteção não se limite ao reconhecimento formal e/ou legal, mas que adentre o cotidiano dessas mulheres. Dessa forma é possível amenizar o círculo vicioso de marginalização, desigualdade e pobreza que é histórico para o segmento negro.

Logo, entende-se que a utilização da categoria interseccionalidade contribui para dar visibilidade as desigualdades e privilégios que cercam as mulheres, sejam elas negras ou brancas. No caso da Política de Assistência Social, isto possibilita a elaboração de respostas frente as demandas do público majoritário de mulheres negras presentes no CRAS. Ao buscar tal adequação, a instituição passa a reconhecer que de fato não só a pobreza é um determinante da vulnerabilidade social, mas também a problemática racial que é presente no cotidiano de homens e mulheres negras. (WERNECK, 2008)

Ao serem indagados se o CRAS proporciona redução nas desigualdades de gênero e raça, a maioria dos entrevistados respondeu que sim, no entanto salientaram que as ações são pontuais e focalizadas.

Eu acredito que sim, mas da forma como tem sido trabalhada não, tem sido de forma pontual, de gênero e raça. (Técnico 6).

Não sei avaliar isso ainda. Em março fizemos duas atividades na rodoviária, depois a Secretaria do Trabalho veio aqui, mas não sei avaliar isso, mas a gente mostra, a gente acha importante. (Especialista 7)

Nessa direção, é possível inferir que há por parte dos entrevistados conhecimento acerca das desigualdades de gênero e raça, no entanto, as ações têm se reduzido a ações pontuais relacionadas a valorização da cultura negra, através da lembrança de sua história e de seu valor para a sociedade brasileira. Logo, entende-se que raça e gênero operam de

maneira uníssona no imaginário dos profissionais, como se somente a pobreza fosse o determinante da situação de vulnerabilidade desse público.

A reflexão sobre os determinantes das demandas do público da instituição tem se apresentado de forma oculta por parte dos profissionais, pois estes reconhecem as desigualdades de gênero e raça presentes na sociedade, mas não consideram isso como uma demanda a ser problematizada. Desse modo, entende-se que o racismo institucional novamente opera de modo tácito no discurso e nas ações dos profissionais ao não considerarem o racismo como determinantes das desigualdades.

De acordo com Araújo (2009), ao se configurar como primeiro nível de atenção à população usuária, a Proteção Social Básica, deve fugir da necessidade de minimização da pobreza e dar atenção aquilo que de fato tem levado os indivíduos a procurarem os serviços. Dessa forma, as ações devem voltar-se para a lógica da proteção, prevenção e fortalecimentos de vínculos sociais e familiares. Tal fortalecimento não pode se restringir a ações pontuais e focalizadas a respeito daquilo que impera na vida desses usuários, como os preconceitos de gênero e raça.

Ao definir como objetivo da presente pesquisa, a análise sobre os fatores que contribuem para que os profissionais do CRAS do DF não reconheçam a centralidade do recorte racial nas ações da Proteção Social Básica, levando em consideração seu público majoritário mulheres pardas e pretas, foi possível constatar que falta problematização por parte dos entrevistados acerca dos condicionantes e determinantes que incidem na condição de vulnerabilidade social destes usuários.

Infere-se que a maioria dos profissionais, dentre eles os especialistas em Serviço Social e Pedagogia, possuem conhecimento acerca dos fatores que incidem na condição de vulnerabilidade do público das suas ações, no entanto, ao não problematizarem tais condicionantes, o racismo ganha espaço com uma das suas expressões, que é o racismo institucional, pois sabe-se da demanda, mas silencia-se através da falta de problematização da mesma.

Nesse sentido o racismo institucional tem ganhado espaço no âmbito do CRAS à medida que os profissionais não identificam as questões raciais e sua interseccionalidade de gênero nas demandas do público usuário. Tal prática, que se dá de forma velada, tem sido mais um caminho de perpetuação das desigualdades para o segmento negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou compreender por que não há centralidade do recorte racial nas ações ofertadas pela Proteção Social Básica, a partir da percepção dos profissionais dos CRAS, considerando que seu público majoritário é composto por mulheres negras. Logo, buscou-se fazer aproximações a respeito das diversas refrações do racismo, como por exemplo, o racismo institucional e o mito da democracia racial, com a falta de problematização acerca dos fatores que contribuem para que os profissionais da instituição não reconheçam a centralidade do recorte racial nas suas ações.

Há por parte dos profissionais, conhecimento acerca dos fatores que contribuem para o aumento das disparidades entre negros e brancos, no entanto, as ações do CRAS têm sido pontuais a respeito da valorização da cultura negra, através da lembrança da sua história e de seu valor para a sociedade brasileira. Entende-se que no imaginário dos entrevistados, o quesito raça, opera de maneira isolada, como se não fizesse parte do conjunto de fatores que levam o segmento negro a serem presença majoritária na instituição.

O mito da democracia racial e o racismo institucional têm operado como fatores causadores da falta de centralidade do recorte racial nas ações do CRAS. Admitir a existência do racismo e suas refrações no Brasil, tem ainda se configurado como tabu para boa parte da sociedade. (SILVA:2013). Isso resulta em práticas veladas de discriminação, pois ao reconhecer um público majoritário de mulheres negras na instituição, mas não atribuir isso a herança da escravidão e suas refrações, os profissionais também contribuem para perpetuação das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira.

Ao representar o primeiro nível de atenção à população usuária, a Proteção Social Básica, precisa incorporar ações que contemplem o recorte racial, tendo em vista que a pobreza não se configura apenas como a única geradora das desigualdades sociais, mas há fatores históricos que contribuem para isso e que precisam ser colocados em discussão tanto pelo público usuário quanto para os profissionais que executam as ações. (ARAUJO:2009).

Ao conceber a Proteção Social Básica numa lógica de proteção, prevenção e fortalecimento de vínculos sociais e familiares, a PNAS (2004), concebe que tais ações não podem se restringir a ações pontuais e focalizadas a respeito daquilo que se configura como força motriz da condição de vulnerabilidade social desses usuários, como a herança histórica da escravidão e suas refrações na vida da população negra.

Tendo como visão a preservação dos vínculos familiares, o resgate da autoestima o desenvolvimento e a organização das comunidades, a Proteção Social Básica precisa agregar as suas ações, as especificidades da história do segmento negro, na busca não só da valorização de sua identidade, mas também da reflexão acerca dos determinantes de um ciclo vicioso de vulnerabilidade social que é marcado nas famílias negras.

Ainda que os dados apresentem ações focalizadas no que concerne ao quesito racial, como a celebração do Dia da Consciência Negra, pode-se dizer que a Proteção Social Básica tem caminhado, ainda que paulatinamente, na incorporação do recorte racial em suas ações, no entanto a falta de problematização por parte dos profissionais tem sido um dos grandes obstáculos para o alcance da centralidade do recorte racial.

Considerando a questão racial como umas das expressões da questão social, é preciso compreender de que forma a intervenção dos profissionais, especialmente os assistentes sociais, tem contribuído no combate as diversas desigualdades ocasionadas pelo racismo. Logo, adentra-se não só o campo teórico-metodológico, mas também no ético político, pois a justiça social deve ser alcançada para todos os segmentos da sociedade, e se o segmento negro não tem sido contemplado em sua intervenção, é chegado o momento de se fazer uma reflexão acerca das demandas específicas deste público, juntamente com o exercício de reflexão sobre as possíveis estratégias de intervenção que visem o combate ao racismo institucional no âmbito da Política da Assistência Social, mais especificamente das ações da Proteção Social Básica.

REFERENCIAS

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social**. Série Seguridade Social, IPEA, Texto para Discussão no 1372. Rio de Janeiro, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência Social em debate: direito ou assistencialização?** In: SEMINÁRIO Nacional: o trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília: CFESS, 2011. p.32-51. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf)>.

OLIVEIRA, Heloisa M^a José. **O Serviço Social no Brasil e sua posição frente à assistência social**. In: **Assistência Social: do discurso do Estado à prática do serviço social**. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Ed., 2008.

SILVA, Jeane Andrea Ferraz. **Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional**. SER, Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan. /jun. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 21. ed. São Paulo. Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília: MDS, 2005.

LAJÚS, M^a Luiza de Souza. **Sistema Único de Assistência Social: Um difícil caminho rumo à conquista da cidadania**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, 2010.

CFESS. **Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2007.

CARLOTO, Carloto Maria. **A política de Assistência Social e a centralidade na família: desafios e impasses no processo de operacionalização**. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, IX. São Luis: ABEPSS, 2008.

ARAUJO, Therese Abdel Messih. **O CRAS como estratégia para efetivação da proteção social básica na esfera municipal – desafios, tensões e direções**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC- SP, Mestrado em Serviço Social; São Paulo, 2009.

AFONSO, Maria Lúcia M. **O trabalho com famílias: uma abordagem psicossocial**. In: CADERNOS de Assistência Social: trabalhador. Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Publicado no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo**. Dossiê Teoria e Crítica. Novos Estudos, n. 93 julho de 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. University of California – Los Angeles. Estudos Feministas/ 171 1/2012.

ORTIZ, Marília. **Desvendando Sentidos e Usos para a perspectiva de interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

DATA SOCIAL, **Quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família segundo cor ou raça**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=487>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Censo CRAS 2015**. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 12 de setembro de 2016.

GUIRALDELLI, Reginaldo. ENGLER, Helen Barbosa Raiz. **As categorias de gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do serviço social**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008.

LISBOA, Teresa Kleba e LOLLATO, Simone. **Políticas Públicas com Transversalidade de gênero – Resgatando a Interseccionalidade, a Intersetorialidade e a Interdisciplinaridade no Serviço Social**. Congresso

Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidade. Niterói RJ: Aninter-SH/PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial.** In: Theodoro, Mario (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília, Ipea, 2008.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo.** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 131- 154.

HASENBALG, Carlos Alfredo e SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo no Brasil: Tentativas de disfarce de uma violência explícita.** Psicologia USP, 2006, 17(1), 89-98.

SILVÉRIO, Roberto Valter. **Ação afirmativa e combate ao Racismo Institucional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, novembro/ 2002.

NETO, Maria Inácia D'Avila e CAVAS, Claudio. **Diáspora Negra: Desigualdades de gênero e raça no Brasil.** Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.2, n. 1, p.3-11, jan./jul.2011

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18- 22 de Setembro de 2006.

SILVA, Michele Lopes da. **Mulheres negras em movimento fazendo diferença entre os diferentes.** Mundos Sociais: saberes e práticas, 2008; VI Congresso Português de Sociologia. 25 a 28 de jun. de 2008, nº série: 160.

BAIROS, Luiza Lembrando Lélia González. In, WERNECK, Jurema. MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe.** Rio de Janeiro, Criola/Pallas. 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados 17(49), 2003.

DIEESE. **O emprego doméstico no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2013.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto antirracista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: il. Com a participação de: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

IPEA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. - Brasília: Ipea, 2013.

BRASIL, 2010. **A Seguridade Social é um direito das mulheres. Vamos à luta!** / org. Isabel Freitas, Natalia Mori e Verônica Ferreira. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010.

CARNEIRO, S. **A batalha de Durban**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 2.009-2.014, 2002.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. Tese de doutorado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BRASIL, 2016. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. **Temático Saúde da População Negra** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 82 p.: il. (Painel de Indicadores do SUS; v. 7, n. 10)

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. **No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2010, vol.18, n.2, pp. 451-471. Disponível em: Acesso em: 31 de outubro de 2016.

YASBEK, Carmelita. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: UNB, 1999;

DEGRAFF, D. E ANKER, R. **Gênero, Mercados de Trabalho e o Trabalho das Mulheres**. Trabalho. Brasil. Gênero – Brasil. I – ABEP, NEPO/Unicamp, CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000. 384 p.

EURICO, Márcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Belo Horizonte, EdUFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2005 [1979].

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A questão étnico-racial no processo de formação do Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 99, p. 540-561, jul./set. 2009.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 298 p. – (Série temas de interesse do Legislativo; n. 19, 2013).